

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Junho/2001



Wendoros

Universidade – Outro país, outro mundo
Cultura em movimento – Em defesa da meia-entrada

1. Editorial - Fazendo história



2. Universidade Pública – A universidade pública pede socorro

- 4. Vida boa para os bancos amigos. Vida dura para os bancos escolares
- 6. O verdadeiro dono da idéia
- 8. Provas de prêmio e castigo

10. Universidade Particular – Educação não rima com extorsão

- 12. Solução para abusos e inadimplência:
redução das mensalidades
- 14. Quando a educação é mercadoria
- 16. Educação no pregão



18. Outro país, outro mundo

- 20. A economia política da corrupção
- 23. Tão longe, tão perto
- 24. Alca: o novo nome do império americano
- 25. Rebeldia sem fronteiras

26. Cultura – A UNE entra no circuito

- 27. Mais do que um evento, um movimento
- 28. De Cuca em Cuca
- 29. Vamos botar fogo no circo
- 30. De volta pra casa
- 32. O mundo precisa de outras palavras



33. Meia-entrada – Diversão e arte em qualquer parte

- 34. A história de uma conquista
- 36. O inegável direito à meia-entrada
- 38. Para onde vai o dinheiro
- 39. Na ponta do lápis



Expediente

A revista Movimento é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente: Wadson Ribeiro.
Vice-presidente: Adriano de Oliveira. Segundo vice: Felipe Maia. Tesoureiro geral: André Coutinho. Primeiro tesoureiro: Adriano Botelho. Secretário geral: Sosthenes Macedo. Primeiro secretário: Juzerley Assunção. Segundo secretário: Vladimir Morcillo. Diretor de comunicação: Alan Novais. Primeira diretora de comunicação: Fabiana Pinto. Diretora de políticas educacionais: Paula Mangolin. Diretora de relações internacionais: Daniela Matos. Primeiro diretor de relações internacionais: Danilo Moreira.

Impressão e Acabamento
VM - Vinocur & Matuoka

Edição

Reportagem, pesquisa e textos: Gabriela Moulin e Pedro Paulo Venceslau. Redação e edição: Gisela Mendonça e Luciana Bento. Projeto gráfico e editoração: Maria Fígaro. Ilustrações: Vicente Mendonça.

R. Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP: 04101-200

Fone/fax: (11) 5084-6726

www.estudantenet.com.br

endereço eletrônico:
dirune@estudantenet.zip.net

EDITORIAL

Fazendo história

Movimento. O nome desta revista diz tudo. Não é um nome novo, mas nunca foi tão atual. **Movimento** foi a revista lançada pela UNE ainda na década de 60. Voltar a editá-la, em um formato adequado ao século 21, é mais um passo para dar uma força ao nosso movimento.

Pretendemos, nesta publicação, fazer um registro dos últimos dois anos da UNE. Mas não basta mostrar fotos ou relembrar as inúmeras passeatas, debates, encontros, eventos culturais ou avanços na nossa organização. É preciso registrar o que aconteceu de novo em termos de idéia e de movimento.

Por isso, nas próximas páginas, você vai encontrar um pouco do que produzimos sobre a nossa universidade, nosso país, nosso mundo, nosso movimento. Lerá entrevistas e artigos de intelectuais, professores, artistas e parlamentares. São idéias em movimento.

Esses registros são fundamentais. Muitas vezes não temos idéia de como – ao fazer uma passeata contra a corrupção ou dar palco para novos talentos, como na Bienal da UNE – estamos fazendo história. Um pouco da nossa história, nesses últimos dois anos, está aqui.

Wadson Ribeiro

Presidente da UNE

A universio

O mais recente sinal de alarme da ameaça que ronda as universidades federais soou no início deste ano. O Fundo Monetário Internacional “sugeriu” que fossem cobradas mensalidades dos estudantes nessas instituições, para evitar os “altos gastos” necessários para manter o sistema de ensino superior público.

A proposta não deixa de ser novidade, mas também não deixa de causar alarme. Ela é, na verdade, apenas um dos objetivos de um projeto em curso há pelo menos doze anos, desde que o primeiro Fernando chegou ao governo federal. Mas coube ao segundo Fernando, o atual, cumprir, item por item, a receita do FMI – estrangular a universidade pública e esvaziá-la, abrindo espaço para ampla expansão do ensino superior privado

SOCORRO

SOCORRO

SOCORRO

UNIVERSIDADE PÚBLICA

ade pública pede



Mendonça

CORROR

Vida boa para os bancos amigos vida dura para os bancos escolares



Encurralado pela falta de verbas, ameaçado pela falta de professores, esvaziado pela evasão escolar, o sistema federal de ensino superior sobrevive a duras penas. Sem medidas imediatas de recuperação, até essa frágil sobrevivência estará ameaçada

Em maio de 2000, uma greve de professores e servidores paralisou as universidades federais do país. Algumas universidades estaduais, como as de São Paulo, Paraná e Bahia, vítimas do mesmo mal, também estavam paradas. Há cinco anos sem reajuste salarial, a grave situação dos professores universitários era uma das faces da crise do ensino superior público – que continua, mais forte do que nunca, nos dias de hoje.

Dois meses antes da greve sacudir o país com o protesto de milhares de professores e estudantes, a UNE já havia apresentado a denúncia: a universidade pública precisa de socorro, urgente. Foi apresentado, em março daquele ano, o Plano Emergencial para as Universidades Federais. O documento, que apontava os principais problemas das instituições, propunha uma ação imediata

para deter o desmonte em curso.

A campanha ganhou adesão de professores, intelectuais e reitores nos debates que aconteceram na maioria das universidades do país e sensibilizou a sociedade com a grave ameaça que ronda nosso patrimônio educacional, científico e tecnológico. No último dia de maio, uma manifestação organizada pela UNE tomou conta de Brasília, para entregar as reivindicações e as milhares de assinaturas colhidas em todo o país.

Mas o governo Fernando Henrique continuou impassível na sua política fundamentalista de dar socorro aos bancos do sistema financeiro e abandonar os bancos universitários que formam profissionais, cientistas e intelectuais essenciais para o futuro do país. O resultado só podia ser um: a situação se agravou. E a universidade pública precisa, como nunca, de socorro.

1999

agosto

novembro

SEM VINDO À PÁGINA DA UNE SUNDIAS

Dia do Estudante
11 de agosto

UNIVERSIDADE PÚBLICA
& Brasil desenvolvido

Associação Nacional de Estudantes Universitários do Brasil
Rua do Ouvidor, 111 - 2º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2547-4111 e 2547-4100
www.une.org.br

Começo animado

A nova diretoria da UNE, eleita no Congresso em julho, toma posse no Dia do Estudante, já promovendo manifestações em defesa da Educação.



Marcha dos 100 mil

No dia 26/8, Brasília recebe 100 mil manifestantes em protesto contra o governo FHC. A UNE organiza caravanas de estudantes de todo o país.



Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho

A UNE participa do Fórum Nacional de Lutas, que lança um manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho e convoca atos no país contra o governo FHC.

Os números da crise

24% Foi quanto minguaram os recursos destinados às Universidades Federais de 95 a 99.

3,5 bilhões Foi quanto receberam as Instituições Federais de Ensino para funcionar durante todo o ano de 98.

21 bilhões Foi quanto o governo federal injetou no Proer – programa de socorro aos bancos – entre 95 e 98.

7 mil É o número de professores que necessitam ser contratados para cobrir déficit nas universidades federais.

2 mil É o número de professores que o MEC promete contratar, depois de muita briga.

Zero É quanto recebem as universidades federais para manutenção de seus programas de assistência estudantil, desde 1997.

37,12 milhões Foi quanto receberam os programas de assistência estudantil em 97 – último ano em que houve verbas do governo para este fim.

60 milhões É quanto o governo vai gastar este ano com a campanha publicitária para “melhorar sua imagem” durante o apagão.

Luz no fim do túnel

Veja os principais pontos do Plano Emergencial para as Universidades Federais, lançado pela UNE

- Manutenção da gratuidade do ensino superior.
- Autonomia com garantia de financiamento público.
- Ampliação das bolsas de iniciação científica.
- Construção de um novo programa de avaliação universitária, avaliando todo o sistema e não apenas o aluno.
- Respeito à democracia interna no processo de escolha de dirigentes universitários e de composição dos órgãos colegiados.
- Contratação imediata de professores por concurso.
- Abertura de novas vagas, em especial no período noturno.
- Recuperação dos programas de assistência estudantil.

A ciência sem valor

Proposta de acabar com PET é exemplo do que não fazer num país que precisa de ciência, tecnologia e, sobretudo, cabeças pensantes

O argumento, repetido desde 99, é tosco e mostra bem como o Ministério da Educação encara a universidade pública: gasta-se muito com o Programa Especial de Treinamento (PET), portanto deve-se extingui-lo.

Foi pela insistência de professores e alunos bolsistas em defender a continuidade do programa que o MEC teve que voltar atrás em seu decreto que simplesmente extinguiu o PET. Em audiência com a Secretária do Ensino Superior, o governo finalmente reconheceu a Executiva Nacional do PET como interlocutora dos 3.466 estudantes e 314 professores bolsistas do Programa.

“Mas estamos com o pé atrás. O governo não costuma cumprir os acordos

que faz com os petianos”, avalia a estudante da Unisinos, Angélica Muller. É por causa desta falta de compromisso por parte do MEC que os bolsistas não recebem há meses.

“O PET é um programa de longa duração, baseado em atividades de ensino, pesquisa e extensão. É preciso garantia de continuidade, pois trabalhamos com estudantes de ensino médio e fundamental, jovens da periferia e comunidades que se beneficiam do projeto”, lembra o tutor Marcos Danhoni Neves, um dos organizadores da resistência contra o fim do programa. Por isso, todo o movimento estudantil precisa defender o PET - e garantir o futuro de milhares de cabeças pensantes do país.

2000

janeiro



Violência não é brincadeira

A UNE lança campanha contra o trote violento nas calouradas e edita manual para os calouros das faculdades públicas e particulares.

fevereiro



Solidariedade

Estudantes da Universidade Nacional do México (Unam) estão em greve. A UNE promove ato em frente a embaixada do México para prestar solidariedade.

março



Fora Pitta

Os estudantes estão na frente da campanha para tirar Pitta da prefeitura de São Paulo, discípulo de Maluf que assaltou a maior cidade do país.

o verdadeiro dono da idéia

O governo brasileiro não está sozinho no ataque contra a universidade pública, nem mesmo é o verdadeiro autor das medidas. As políticas educacionais para a América Latina são geradas a milhares de quilômetros daqui, pelos organismos financeiros internacionais, em especial o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI)



O sistema educacional – principalmente os centros de pesquisa e universidades, estratégicos para o desenvolvimento das nações – sempre mereceu especial atenção do FMI e do Banco Mundial.

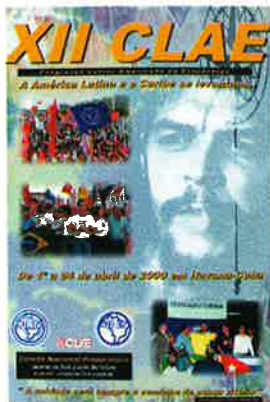
Em 1994, o Banco publicou o documento *Higher Education: the lessons of experience (Educação Superior: lições da experiência)*. Ali, afirma-se que são limitados e mal utilizados os recursos públicos; e excessivos os gastos do orçamento universitário com despesas “não-educacionais”, como moradias e restaurantes estu-

dantis, bolsas, subsídios etc. Diz o documento: “Estes elevados subsídios aos estudantes de universidades públicas constituem não só uma inversão educacional ineficiente mas também um gasto social regressivo, posto que os estudantes matriculados nas universidades provêm em forma desproporcionada do extremo superior da escala de ingressos”.

O Banco dita, então, orientações-chave para a reforma: “fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento

2000

março



Rebelia sem fronteiras

A UNE participa de dois congressos internacionais de estudantes. Em Cuba, acontece o XII da Oclae – Organização Continental Latino-americana de Estudantes. Do Brasil, vai uma delegação de 180 pessoas, que incluiu José Dirceu e Aldo Arantes, deputados federais, e Nilcéia Freire, reitora da UERJ. No Congresso da UIE – União Internacional dos Estudantes, na Líbia, a UNE foi eleita para o comitê constitucional da entidade.

Jornadas de março: a convocação...
Cartazes espalhados pelo país, visita às universidades, boletins e muito debate para preparar grandes passeatas.



de instituições privadas; proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, com a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre o financiamento fiscal e os resultados; redefinir a função do governo no ensino superior; adotar políticas que destinadas a outorgar prioridade aos objetivos da qualidade e da equidade.”

Essas medidas foram implantadas em praticamente todos os países latino-americanos. Entretanto, vale apontar que as orientações do Banco Mundial, em sua maioria em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e o FMI, influenciam as políticas públicas da educação menos pelo volume de seus empréstimos, ínfimos percentuais do PIB dos países envolvidos, do que pelo caráter estratégico de sua atuação no processo de ajuste neoliberal dos países pobres.

Quatro anos depois...

Em 1998, o Banco Mundial voltou a carga, com o documento *Accommodating the Growing Demand for Higher Education in Brazil - a Role for Federal Universities? (Atender à Crescente Demanda por Educação Superior no Brasil - Papel das Universidades Federais?)*. Mais uma vez insiste no “atraso” que significa a gratuidade: “O modelo antigo, de financiamento público para poucos, é centrado numa elite e não serve aos

interesses do país no século XXI”.

O governo brasileiro, como o BM, bate na tecla de que a maioria dos estudantes das IES públicas poderiam pagar mensalidades por serem parte de uma parcela privilegiada da população. Isso não é verdade. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul realizou uma pesquisa que comprovou que 44% de seus alunos precisam trabalhar e que 30% dependem do restaurante universitário.

Relação de efeito

Impossível não associar a política do governo federal às recomendações do Banco Mundial. O resultado é que o Brasil, décima economia do mundo, também leva o título, segundo a ONU, de 78º lugar na qualidade de ensino.

O governo tem progressivamente investido menos nas universidades públicas. O censo do ensino superior do governo, de junho de 1999, revelou que a maioria esmagadora dos alunos de graduação no Brasil está nas universidades privadas, que expandiram assustadoramente suas vagas – situação ironicamente apontada como prova de “democratização” do acesso ao ensino superior.

Outra transformação, das mais graves, está em curso. As possibilidades de produção científica independente e voltada para os interesses nacionais estão acabando. O governo incentiva a realização de pesquisas financiadas por empresas de capital privado e sucateia os programas de bolsas e incentivo à pesquisa.

Apoio ou buraco sem fim?

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional foram criados em 1944 com a finalidade de financiar a reconstrução dos países arrasados pela guerra e apoiar as nações em desenvolvimento ou recém-emancipadas da condição colonial. Os países capitalistas europeus e o Japão foram de fato generosamente ajudados. Mas para os demais, o apoio se transformou em um buraco sem fim, em níveis sufocantes de endividamento.

No final dos anos 70 e início dos 80, a situação chegou ao auge, quando, com a crise do petróleo, as economias dos países menos desenvolvidos foram fortemente abaladas e mergulharam em crises inflacionárias. Ao recorrerem ao FMI e ao BM, receberam um pacote de medidas de “reajuste estrutural” – 115 condições para a ajuda financeira. O receituário trazia medidas como desregulamentação da economia, derrubada das barreiras alfandegárias e comerciais, redução dos gastos públicos e serviços sociais, privatização das estatais e eliminação de garantias e direitos trabalhistas – qualquer semelhança com o Brasil não é mera coincidência.

Não bastasse o caráter de suas políticas, o Banco Mundial é antidemocrático. O voto é proporcional aos recursos destinados pelo país membro à instituição. Os EUA, com 18% do capital votante, estão na presidência desde sua fundação.

Em 57 anos de existência, o BM não fez pouca coisa: promoveu e incentivou o desenvolvimento econômico desigual e socialmente perverso, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente.

2000

março

abril



... e o resultado
Nas principais cidades do país, muita gente na rua exigindo educação pública de qualidade e o fim do governo.



Plano emergencial
A UNE lança o Plano Emergencial para as Universidades Federais, que estão mergulhadas em uma crise sem precedentes: faltam verbas, professores e incentivo à pesquisa.

Provas de PRÊMIO e CASTIGO

Cinco anos de provão só provaram que o exame de final de curso premia e pune alunos, não avalia a universidade e contribui para acentuar desigualdades



Em 1996, quando o Ministério da Educação realizou o primeiro exame nacional de cursos, a UNE organizou a campanha para os alunos entregarem a prova em branco, como forma de protesto contra uma avaliação centrada no estudante, que não tocava nos pontos essenciais da universidade. Cinco anos depois, o prognóstico de então já virou realidade.

Este ano, o governo anunciou prêmios para os 18 alunos que receberam as mais altas notas no último provão. Eles foram contemplados com bolsas de pós-graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Já as universidades das quais vieram esses alunos bem-sucedidos nada receberam a mais de investimento – mas deveriam, já que pelo menos no discurso, o governo afirma que o provão serve para avaliar a universidade.

É mais uma comprovação de que

o peso dessa “avaliação” recai sobre o estudante. E, mais ainda, é uma medida antidemocrática, já que a concessão de bolsa da Capes exige uma série de requisitos dos quais esses estudantes estão dispensados.

Não é nada fácil, pelos meios legais, conseguir uma bolsa. Depois de aprovado em um programa de mestrado ou doutorado, o estudante tem que preencher uma série de requisitos para concorrer a uma delas – leva-se sempre em conta o mérito acadêmico do projeto de pesquisa do aluno e suas condições socioeconômicas. Ou seja, quem se dedicou e foi avaliado em toda a graduação, desenvolveu projetos de iniciação científica mas não foi bem no provão terá que, democraticamente, passar pela concorrência para obter uma bolsa da Capes – e corre o risco de mesmo assim não conseguir, já que o número de bolsas é insuficiente.

E quando o aluno vai mal ou, em protesto, se recusa a responder às ques-

2000

abril

maio



O Plano ganha as universidades

É programada uma série de debates em todas as universidades do país para debater o Plano Emergencial. As propostas ganham apoio da comunidade universitária e da sociedade.



Greve dos professores

As universidades federais e as estaduais de São Paulo, Paraná e Bahia entram em greve em maio. Grandes manifestações denunciam o descaso do governo com a Educação. Em São Paulo, no dia 18/5, professores e estudantes são duramente reprimidos em uma grande passeata na Av. Paulista.

“O governo promove o CAOS”

É assim que Mozart Neves, reitor da Universidade Federal de Pernambuco, define a situação das universidades federais. Uma das vozes mais constantes na briga pela sobrevivência das instituições federais de ensino superior, em entrevista à *Movimento* ele acusa o governo de estar promovendo a degradação das melhores universidades públicas do país

Em meio à crise geral, os reitores das federais fecharam um acordo com o governo em 1998 prevendo, entre outras coisas, a expansão das vagas. Quem cumpriu o acordo?

Os reitores não só cumpriram, como superaram o combinado. De lá para cá as vagas no ensino superior público aumentaram mais de 10% ao ano. Isto sem que as universidades tenham recebido um tostão a mais. Ao contrário. Estamos sofrendo um contínuo processo de degradação – vide o corte das verbas da assistência estudantil. No acordo, o governo federal se comprometeu a contratar 8 mil professores, mas até hoje isso não aconteceu.

Qual a conseqüência?

Grande parte dos professores das federais são substitutos, cujos contratos vencem em agosto. O problema é que as universidades não podem prorrogar os contratos – que só duram dois anos. Como o MEC proibiu novas contratações, o cenário que se vislumbra para as universidades é absolutamente caótico...

Nesta situação, como ficam a pesquisa e a extensão?

Expandimos as vagas, mas este aumento tem que se basear no famoso tripe ensino-pesquisa-extensão. O esforço dos reitores é o de ampliar o número



de cursos e alunos, mas também o vínculo com a comunidade. Fazemos isto em situação totalmente adversa: o presidente vetou, no Plano Nacional de Educação, o aumento das verbas para 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Tudo em nome do equilíbrio fiscal. Estamos em uma situação ridícula: não temos dinheiro para a manutenção de coisas básicas como luz, água, vigilância, limpeza...

Quer dizer que os reitores estão “dando nó em pingo d’água” para manter as universidades federais funcionando?

Pois é... E ainda assim dizem que somos improdutivos e ineficientes. Mas basta olhar quais são as melhores universidades brasileiras, a partir de avaliações conduzidas por órgãos do próprio governo. Juntamente com as estaduais paulistas, as federais estão ocupando os primeiros lugares. Infelizmente, a luta tem sido desigual: as cobranças crescem e há cada vez menos recursos

E quanto à proposta de cobrança de mensalidades nas universidades públicas?

Além de inconstitucional é despropositada, porque aumenta o apartheid social. Infelizmente a equipe econômica do governo defende esta idéia e cabe a nós combatê-la.

tões da prova? Aí vem, também, a punição que o MEC disse que não existiria. Em sua revista distribuída aos formandos de 2001, o ministério propagandeia o fato de grandes empresas adotarem o provão como critério na hora de contratar profissionais. Como afirmou o professor Mário Sérgio Cortella, coordenador da pós-graduação em educação da PUC-SP, em entrevista à revista *IstoÉ*: “A área da educação é a única em que o fracasso é atribuído ao cliente. Ninguém fala em fracasso hospitalar responsabilizando o paciente”.

Um grande negócio

Leia o que publicou a revista *Veja* nº 1701, de 23 de maio deste ano:

“O Ministério da Educação entregou a organização dos dois testes (provão e Enem) à Fundação Cesgranrio, que tem o professor Carlos Alberto Serpa como presidente. Trabalhador incansável, Serpa tem outras atribuições. Dá consultoria a universidades privadas que passarão pela avaliação do Ministério da Educação. Já seria estranho o organizador do provão dar qualquer tipo de assessoria a instituições particulares de ensino. Mas tem mais. Serpa é também membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão ligado ao MEC, que tem, entre outras prerrogativas, a de avaliar a qualidade dos cursos. Ou seja, com uma das mãos Serpa julga as escolas. Com a outra, presta serviços a elas.”

2000

maio

junho



Brasília invadida

No dia 31/5, milhares de estudantes fazem uma caravana até Brasília para entregar ao governo as reivindicações para tirar as universidades públicas do sufoco e dar apoio às reivindicações dos professores.



Nota zero de novo

A UNE faz campanha para o provão ganhar zero mais uma vez, quando o exame é aplicado em junho. As executivas de curso têm papel fundamental na campanha pelo boicote.



Mendonça

E
nã
e

Tbsvdv, bche e nym h
gfwefg
nyn
Ubdj
nyc
hff



ducação

o rima com

extorsão

extorsão

Mas esta é a realidade nas universidades e faculdades particulares. A expansão descontrolada fez com que se multiplicassem instituições privadas, que oferecem um ensino caro, mas de qualidade no mínimo duvidosa. O resultado é evasão, inadimplência e alto índice de desrespeito aos direitos dos estudantes.

Empurrados pelo governo — que não expande as vagas nas universidades públicas — a procurar o ensino privado, os estudantes é que são penalizados. Mas o caminho para resistir e tentar mudar a situação começou a ser aberto com a campanha pela redução das mensalidades e a exigência de mais qualidade e mais democracia

Solução para abusos e inadimplência:

redução das mensalidades

As mensalidades aumentaram bem mais do que os salários nos últimos anos e superaram, também, os índices de inflação. As instituições particulares de ensino aumentaram seu patrimônio e expandiram seus negócios sob a legislação permissiva do governo. Para os estudantes, a situação trouxe inadimplência, evasão e expectativas frustradas com os cursos de qualidade duvidosa. É hora, portanto, de exigir a redução das mensalidades – principal campanha da UNE nas escolas particulares



Quando começou o curso de jornalismo na PUC-SP, há sete anos, o estudante Fabrício Marucho pagava 175 reais de mensalidade. Naquele tempo, o dinheiro já estava apertado, mas com bicos no fim de semana e a ajuda dos pais, ainda dava para pagar a faculdade e as contas do mês.

Pouco menos de uma década depois Fabrício continua na Universidade. O diploma – que deveria chegar há pelo menos três anos – agora é um projeto quase abandonado. O preço da mensalidade foi subindo tanto que um trabalho, ou estágio, de meio período, já não era suficiente.

E Fabrício foi levando uma matéria aqui e outra ali, até que a mensalidade chegou a 700 reais e ele desistiu. Resolveu assistir aula como ouvinte – só que ouvinte não recebe diploma.

A Universidade que recebeu Fabrício em 94 definitivamente não é mais a mesma. E, como ele, milhares de estudantes foram vencidos pelo aumento da mensalidade. Com vagas limitadas e pouco investimento governamental nas instituições públicas, o ensino superior se transformou em produto valioso e caro. Os estudantes, empurrados para essas instituições, têm de conviver e lutar contra aumentos abusivos de mensalidades, má qualidade de ensino e

2000

junho

julho



Pressão pelo ensino público

A Universidade do Tocantins, estadual que cobra mensalidades, entra em crise e estudantes desencadeiam campanha pela federalização. Pressionado, o governo federal emite portaria federalizando a universidade.



Ciência sem universidade?

A Reunião Anual da SBPC é palco de protestos contra a política do governo de destruição da universidade pública, onde mais se produz ciência no país.

uma estrutura interna para lá de antidemocrática.

A história de Fabrício ainda se repete país a fora, e as razões estão nos números. De acordo com estudo da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino/Sul, de 96 a 99, as mensalidades aumentaram 67,3%, enquanto os salários foram reajustados 42,3% e a inflação foi de 37,2%.

Em algumas universidades esse índice foi ainda maior. Na PUC/PR, as mensalidades aumentaram 45% acima da inflação no mesmo período.

do. Na PUC-SP a mensalidade subiu de 156 para 700 reais em menos de uma década. O aumento se deu no mesmo ritmo em que as bolsas de estudo foram desaparecendo.

Uma das principais bandeiras levantada pela UNE na última gestão foi a redução das mensalidades. Esse movimento começou a ser desenhado por estudantes de Universidades Católicas, as PUC's, que gozam de isenção do INSS por serem consideradas filantrópicas, mas mesmo assim cobram algumas das mensalidades mais caras do país.

As primeiras a comprar essa briga foram as do Paraná e São Paulo. Hoje, com o impulso da UNE, a redução está na pauta dos principais centros acadêmicos de universidades pagas do país.

O movimento ganha força conforme aumenta o índice de inadimplentes, já que, para a maioria dos estudantes, a mensalidade é bem mais alta que o poder aquisitivo.

Uma estratégia comum usada pelos donos ou dirigentes de instituições pagas de ensino para desmobilizar campanhas por redução é esconder ou maquiar as planilhas de custo. Para justificar aumentos, os diretores financeiros apresentam documentos com gastos gerais, procurando provar sempre que as mensalidades tem que subir de qualquer jeito.

A luta dos SEM CRÉDITO

Em 99 o governo extinguiu o Crédito Educativo (Creduc) e criou o Programa de Financiamento Estudantil (Fies). A diferença entre os nomes explica tudo: o primeiro, apesar de todos os problemas, tinha mais características de crédito; o segundo é um financiamento bancário para custear estudos.

No primeiro semestre deste ano foram anunciadas 30 mil vagas, um número irrisório. O acesso foi dificultado, pois o MEC exige fiador com renda comprovada de, no mínimo, o dobro do valor da mensalidade (que pode chegar a 1.200 reais!) e limita o financiamento a 70% do valor da mensalidade.

Os juros são altos – 9% ao ano. E o estudante tem que começar a pagar logo após a formatura. “Todo mundo sabe da dificuldade de se firmar no mercado de trabalho; é preciso pelo menos um ano e meio de prazo. Além disso, o governo deveria subsidiar os juros e financiar

100% do valor da mensalidade”, defende o presidente da UEE – MG, Fernando Máximo.

O ministério ainda tentou usar o Fies para punir o estudante pela má qualidade das faculdades particulares. Em janeiro, baixou uma portaria proibindo que as faculdades com conceitos D e E no provão por três anos consecutivos participassem do Fies. Acontece que estas escolas já estavam cadastradas e haviam divulgado isso nos manuais do vestibular. “Se a faculdade é ruim, o MEC deveria proibi-la de funcionar em vez de punir os estudantes”, afirma Wadson Ribeiro, presidente da UNE. Uma liminar conseguida pela UNE obrigou o MEC a prorrogar o prazo das inscrições do Fies e aceitar os estudantes daquelas faculdades. Mesmo assim, o MEC fez tudo para dificultar o acesso, num claro desrespeito à decisão judicial.

Duas lutas

Os números apresentados nesta matéria não deixam dúvida sobre a urgência de um movimento específico para as pagas. O que não diminui a importância de continuar lutando pela expansão do ensino público.

Agir em duas frentes, portanto, é questão de sobrevivência para um movimento estudantil que se fortalece cada vez mais nas instituições particulares. Apesar das constantes ameaças e retaliações por parte dos “diretores empresários”, a cada congresso da UNE aumentam os delegados de faculdades pagas.

2000

julho



Jovens cientistas

A UNE convoca, conjuntamente com a ANPG, um encontro de cientistas durante a reunião da SBPC.

Encontro de Jovens Cientistas

No encontro de jovens cientistas, o físico José Lopes Leite faz palestra a convite da UNE e da ANPG, num dos eventos mais concorridos da reunião anual da SBPC.



Quando a educação é mercadoria

Educação tratada como produto de consumo é um mal do nosso tempo e, em especial, do nosso país. Nessa situação, ela deixa de ser tratada como direito e passa a ser oferecida como um bem – que só compra quem tem (bastante) dinheiro



Os números não deixam dúvidas de que faculdade se tornou sinônimo de negócio. Até 1997, a média de abertura de cursos superiores no país era de 200 por ano. Em 1999 foram autorizados 745 e em 2000 esse número saltou para 865. No curto intervalo de tempo de quatro anos, de 1996 a 2000, foram abertos 2016 novos cursos superiores em todo Brasil. Quase todas universidades mercantis, abertas com permissão do Conselho Nacional de Educação (CNE). Só para ter uma idéia: de todas as vagas oferecidas no vestibular em 2000, 3/4 foram em instituições pagas. Nenhuma universidade federal foi aberta nos últimos anos, enquanto as faculdades particulares se proliferam indiscriminadamente. Na verdade, a política de submeter o ensino à lógica do mercado não é nova, vem desde a década de 80. Mas ganhou fôlego e ares de estratégia “revolucionária” a partir do primeiro mandato

de Fernando Henrique e de seu ministro da Educação, o presidenciável Paulo Renato de Souza.

A institucionalização do ensino superior como mercado e da educação como mercadoria vem sendo alardeada pelos governistas como uma das maiores conquistas da era FHC – encoberta no discurso de que essa expansão promoveu a “democratização do acesso” ao ensino superior. Com tanta faculdade nova pipocando pelo país é natural que o número de estudantes matriculados no ensino superior aumente – e que o governo tente transformar esse fato em propaganda.

Só que 65% dos universitários estão gastando o que não têm em faculdades privadas. A grande maioria delas, fábricas de técnicos que entopem as salas de aula sem nenhuma preocupação com conteúdo acadêmico. Os principais efeitos dessa expansão do ensino pago são a inadimplência e a evasão escolar. Em algumas instituições

2000

julho



Participação recorde

O Conselho de Entidades Gerais da UNE, em Juiz de Fora, reúne número recorde de entidades e traça calendário de lutas para o segundo semestre.



Redução já

O índice de inadimplência é alto com as mensalidades abusivas, e a evasão maior ainda. As PUCs, como a do Paraná e de São Paulo, entram na briga pela redução das mensalidades.

o índice de inadimplência chega a 50%. Não se podia esperar outra coisa de um país onde o índice de desemprego entre jovens, na faixa dos 18 aos 24 anos, é de 42%, segundo dados do IBGE. O percentual de evasão escolar nesta faixa etária é de 67%.

Para piorar a situação, sobram brechas na legislação e falta de fiscalização por parte do governo. É permitido, por exemplo, que as instituições de ensino pago se recusem a matricular os alunos inadimplentes. A lei, dessa forma, fere de

morte o princípio constitucional de que a educação é de direito de todos e dever do Estado. Não é à toa que apenas 1,3% dos 19,6 milhões de jovens brasileiros, entre 18 e 24 anos, conseguiram concluir o ensino superior no último ano.

Manual de sobrevivência na escola particular

A educação não deveria ser tratada como produto de consumo, mas como é essa a realidade da maioria dos universitários do país, nada mais justo que exigir qualidade e direitos. O Código de Defesa do Consumidor e o conhecimento da legislação podem ser armas importantes para os estudantes, e várias UEEs já têm acordos com o Procon para fiscalizar as faculdades, tanto no que diz respeito a aumentos e taxas abusivas, como o cumprimento do contrato. O objetivo desse pequeno manual de sobrevivência é ajudar a luta dentro das escolas particulares, onde sobram problemas mas falta democracia

Reajuste de mensalidade

A universidade só pode aumentar o valor das mensalidades uma vez por ano, se comprovar que está repassando o aumento dos gastos em melhorias didático-pedagógicas, segundo a lei 9.780 e a medida provisória 1.930. A escola é obrigada a abrir a planilha de custos. Se a mensalidade for reajustada acima do que está comprovado ou se a planilha não for fornecida, os pais e alunos devem procurar o Procon ou outros órgãos de defesa do consumidor, como o Idec e as comissões de defesa do consumidor da OAB. Podem também entrar na justiça comum através de um advogado, dizendo que o valor correto é x e não o y que está sendo cobrado – e depositar o valor em juízo, até a decisão final.

Inadimplência

A faculdade não pode aplicar qualquer sanção didático-pedagógica ao aluno inadimplente – como impedir de fazer provas, assistir aulas, freqüentar a biblioteca ou qualquer atividade acadê-



mica. Também não pode expulsá-lo ou impedi-lo de ter acesso as aulas. Contudo, a lei 9.870 dá a escola o direito de não aceitar a matrícula no ano posterior.

Qualidade de ensino

Escolas particulares são grandes propagandistas do que oferecem. Mas muitas vezes a realidade é bem diferente, tanto do ponto de vista de instalações como

de conteúdo. Mas a escola é obrigada a oferecer o que divulga na propaganda e não só o que está previsto no contrato. Isto está previsto no artigo 35 do Código de Defesa do Consumidor: o que está na propaganda é como se estivesse no contrato. Tem mais: se no contrato as letras estiverem miudinhas e disserem o contrário do que está no anúncio, vale o anúncio.

Diploma que não vale

Se você se formar e descobrir que seu diploma não é reconhecido pelo MEC, entre com uma ação por perdas e danos e exija ressarcimento. Neste caso, você foi vítima de danos morais: pode até ter adquirido conhecimento, mas comprometeu a vida profissional. Há certas profissões que, para serem exercidas, exigem diploma reconhecido. Procure, neste caso, o Procon ou a comissão de defesa dos direitos do consumidor da OAB.

Fonte: www.estudantenet.com.br
Consultoria: dr. Alessandro Vay - Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP

2000

julho

REDUÇÃO DAS MENSALIDADES JÁ!

Como, quando e por que os estudantes devem lutar pela redução dos preços das mensalidades?



As respostas estão em suas mãos.

Caminho das pedras

A UNE edita cartilha para orientar a luta nas universidades particulares, com a campanha pela redução das mensalidades e pela defesa dos direitos dos estudantes.

Campanha na rua

A campanha pela redução das mensalidades ganha as ruas. Cartazes e panfletos, além da cartilha, espalham a idéia da redução em todo o país.



Educação no pregão



trabalhos, num prazo de 3 a 5 anos os papéis de instituições de ensino já estarão sendo negociados também no país – é o que afirma a matéria do *Valor*.

Na verdade, o negócio anda de vento em popa: “No Brasil, o banco criou um fundo de investimentos (Pluris), fechado para captações, que reunirá recursos que serão investidos em instituições de ensino brasileiras. O fundo Pluris vai tornar-se sócio minoritário de instituições de ensino no país pelo prazo de 5 a 7 anos. Nesse período, a gestão da escola será profissionalizada e a instituição será reestruturada a fim de se tornar uma empresa de capital aberto, ou seja, com ações negociadas na Bolsa”.

A equipe responsável pelo “negócio Brasil” está estudando 70 projetos de investimento em escolas de ensino fundamental, médio, superior, de idiomas e em escolas de aperfeiçoamento profissional. As reclamações, segundo a reportagem, vêm do fato de o setor ainda ser pouco acostumado a mostrar os números de sua contabilidade a potenciais investidores.

Mas o negócio pode, sem dúvida, render grandes dividendos. Basta examinar os dados citados pelo jornal:

“Ações de empresas americanas de ensino bateram os principais índices de mercado; sócios de escolas lucram 80%. A julgar pelo andamento dos trabalhos do CS First Boston no Brasil, num prazo de 3 a 5 anos os papéis de instituições de ensino já estarão sendo negociados também no país”

Grandes notícias, pequenas manchetes. Provavelmente o texto acima passou despercebido por boa parte dos leitores do jornal *Valor*, onde ele foi publicado, mas é revelador. Avalia que a educação cada vez mais se consolida como um grande negócio. Afirma que “a variação acumulada pelo índice Education Universe, criado pelo banco de investimentos Credit Suisse First Boston, um dos primeiros a desbravar esse mercado nos Estados Unidos, chegou a 83%”.

Diante de resultados tão promissores, o CS First Boston agora começa a dar passos nesse sentido em solo brasileiro. A julgar pelo andamento dos

2000

agosto



Dia do Estudante, aula na rua

A UNE promove grandes manifestações no dia 11 de agosto. Vai esquentando a mobilização pedindo Fora FHC.

Um projeto histórico

O arquiteto Oscar Niemeyer faz o projeto para o prédio da sede da UNE na Praia do Flamengo, que abrigará um grande centro cultural.



- O setor de educação no Brasil movimentava R\$ 90 bilhões por ano, cerca de 9% do PIB brasileiro e o equivalente a receita dos setores de eletricidade, petróleo e telecomunicações somados.
- O Brasil é o sexto país do mundo em número de alunos e possui um dos mais elevados percentuais (64%) de estudantes em instituições privadas de ensino superior. As 10 maiores universidades particulares concentram, em média, 22 mil alunos e um faturamento médio anual de R\$ 135 milhões.
- Em 1999, a mensalidade média de uma universidade era de R\$ 450. Se for estimada uma inadimplência

de 20%, os analistas do CSFB calculam que os 1,5 milhão de alunos matriculados geraram uma receita naquele ano da ordem de R\$ 6,4 bilhões, o que significa um crescimento de 128,6% em relação ao faturamento dessas instituições em 1994.

- A margem líquida nesse setor é de 10% a 30%. E a necessidade de investimento não é tão alta como

no setor de telecomunicações. Não precisa dizer mais nada. Acrescente-se aos fatos relatados pelo *Valor*, a articulação internacional para abertura do setor de serviços ao capital estrangeiro (veja *boxe*) e poderemos, rapidamente, chegar à conclusão de que também o patrimônio das universidades públicas brasileiras pode estar seriamente ameaçado a ir parar no pregão.

O GATS vem aí

A exemplo do que aconteceu com telefonia, energia e outros setores estratégicos da economia, agora os olhos grandes do mercado (leia-se das grandes multinacionais) se voltam para o setor de serviços – e a educação está nessa

GATS, *General Agreement on Trade of Services*. Pouco conhecidas em todo o mundo e menos ainda no Brasil, estas quatro letras escondem uma ameaça grave. Designam o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, um contrato internacional firmado pelo conjunto de países pertencentes à Organização Mundial do Comércio (OMC). Assinado em silêncio em 1994, o texto oferece, já em sua forma atual, um conjunto de privilégios às multinacionais que atuam no setor de serviços, e uma série de restrições às ações dos Estados em favor de suas populações nacionais e de suas empresas. Em abril deste ano, iniciou-se uma série de negociações que podem conduzir à ampliação do GATS e à privatização e à desnacionalização, em especial no terceiro mundo, de setores como Saúde, Educação e abastecimento de água.

os governos que anunciarem o novo GATS, na forma em que está proposto, abdicarão também de manter a educação, a saúde ou o abastecimento de água sob controle público ou mesmo privado nacional. Um dos itens do acordo em discussão obriga a conceder o chamado “tratamento nacional” às empresas estrangeiras que pleitearem concessão de serviços públicos. Outro ponto, ainda mais draconiano, exige que os países signatários permitam atuação de empresas privadas – nacionais ou estrangeiras – em setores como educação, saúde e abastecimento de água. O dispositivo é uma enorme ameaça aos serviços públicos, já profundamente abalados por anos de governos neoliberais.

Fonte: Agência Carta Maior (www.cartamaior.com) – *O GATS que nos ameaça em abril*, por Antônio Martins

Sempre em nome do livre comércio,



2000

setembro

outubro/novembro

Em defesa do Brasil

A UNE participa ativamente do Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa, organizado pelas maiores entidades nacionais do país na semana do 7 de setembro. Foi editado um manual sobre a origem da dívida, com orientações para organizar o plebiscito. Os estudantes votaram em peso contra o pagamento da dívida.



BEM-VINDO À PÁGINA DA UERJ

ESSA É A SELEÇÃO QUE JOGA CONTRA O BRASIL



NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS, ENTRE EM CAMPO COM OS CANDIDATOS QUE JOGAM A FAVOR DO BRASIL

Para jogar no campo certo, o candidato deve ter em mente a defesa do Brasil... Não abra mão do voto e não se deixe enganar... Não abra mão do voto e não se deixe enganar... Não abra mão do voto e não se deixe enganar...

De olho no voto

A UNE apresenta plataforma aos candidatos da oposição durante a eleição municipal em outubro/novembro. As reivindicações, aprovadas no Coneg de julho, incluem defesa da educação pública e gratuita.

Outro PAÍS
outro

MUNDO

É preciso desobedecer. É preciso desobedecer o senso comum que exige enquadramento, submissão e individualismo. É preciso desobedecer um sistema que quer formar consumidores, e não cidadãos.

É preciso desobedecer o governo que trata manifestações como caso de polícia. É preciso desobedecer ao conformismo com a corrupção, a desigualdade social, a violência, o abandono da juventude. É preciso — e cada dia mais possível — construir outro país, outro mundo



Mendel

A economia política da corrupção

*Emir Sader**

Este governo se apoiou nas elites políticas corruptas para promover os interesses das elites econômicas, em especial de seu setor financeiro, que financiou a eleição e a reeleição de FHC, um e outro governos corruptos

O governo FHC poderia não ter sido corrupto? Saiu da boca de FHC afirmação repetida posteriormente por Ciro Gomes: no Brasil só se pode governar com o PFL ou com o PT, isto é, com um dos partidos-eixos respectivamente da direita e da esquerda no país.

FHC optou por governar com a direita, não pela falta de disponibilidade do PT, mas pelo seu programa de governo, que desde o começo fez dele um governo de direita, acorde com o Consenso de Washington.

Governar com o PFL associado ao PPB, ao PTB, ao PMDB e a seu próprio partido significou prolongar a prática de privatização do Estado que caracteriza as elites econômicas e políticas brasileiras, reforçada pelos argumentos da prioridade do ajuste fiscal sobre qualquer outro objetivo nacional. Por si só já teria feito deste um governo corrupto, atando suas mãos e pés com o que de pior produziu a política brasileira. A quantidade de escândalos revelados em sua plenitude ou abafados por práticas igualmente corruptas de compra de parlamen-

2001

janeiro



Outro mundo é possível

Porto Alegre é palco do maior encontro mundial contra o neoliberalismo. A juventude dá show de participação e faz um acampamento com milhares de pessoas. É nesse acampamento que a UNE realiza debates e oficinas, com a presença de intelectuais como a socióloga Marta Hackener.

tares e de cassações no Congresso, todos da base do governo, já seria suficiente para comprová-lo.

Se esse bloco de partidos não estivesse apoiando o governo, o Plano Real não teria sido possível. O raciocínio de FHC de que “os fins justificariam os meios” levou-o à aliança com o PFL. Se FHC, até ali considerado impoluto, fazia aliança com ACM, “para o bem do Brasil” – encarnado, tudo era possível.

A vida mercantilizada

Uma economia política da corrupção era, no entanto, posta em prática. A começar pelo financiamento das campanhas de FHC: financiado prioritariamente pelos bancos, governou para eles. Se não bastasse o Proer, poderíamos agregar o essencial: o governo FHC promoveu a hegemonia do capital financeiro sobre o conjunto da economia brasileira, ao mesmo tempo em que estendia

a limites inéditos a mercantilização da vida do país. O capital especulativo passou a ser o sangue que corre pelas veias da economia brasileira, “justificando” o Proer e até o atendimento ao Marka e ao Fonte-Cindam, com argumento do risco de “crise sistêmica”. Um capital financeiro que não financia o investimento produtivo, a criação de empregos e o consumo, mas que vive da multiplicação por dez da dívida do Estado brasileiro desde o início do Plano Real, que vinha para atacar pelo que considerava sua raiz: o endividamento estatal.

Governar passou a ser criar e reforçar as condições favoráveis ao capital especulativo. Porque dele de-

pende a precária estabilidade monetária, que não se baseia no fortalecimento da economia brasileira (mais frágil que há duas décadas). A base é um arranjo monetário, cuja fragilidade se manifesta a cada fenômeno externo por mais longínquo ou pequeno que seja o país, ou interno por mais irrelevante que seja em si mesmo. Quando o governo toma alguma medida, tem em vista a reação do “mercado”, isto é, do capital especulativo e seus órgãos correspondentes. Governa com os olhos postos nele e não no povo brasileiro, nas necessidades da população, na soberania do país, na democracia brasileira.

Como resultado, a democracia no sentido econômico, social, político e ideológico no Brasil se enfraqueceu ainda mais. Porque o capital especulativo se fortaleceu em relação ao produtivo. Porque o recorde ne-



2001

janeiro

fevereiro



Pré-estréia

Em muitos estados, as entidades organizam prévias estaduais da Bienal da UNE – que já são sucesso de público e criatividade.



Mais do que evento

A 2ª Bienal reuniu 10 mil estudantes do país todo no início de fevereiro, para mostrar seus trabalhos, participar das oficinas, fazer debates, curtir shows e muita, muita festa. Saiu dali a decisão de botar pra funcionar os CUCAs – Circuito Universitário de Cultura e Arte.

gativo de ser o país mais injusto do mundo se manteve e o de pior distribuição de renda se consolidou. Porque se estendeu amplamente o número de pessoas sem carteira de trabalho assinada – maioria dos trabalhadores – e, assim, sem uma relação de direitos e deveres com a sociedade. Porque se debilitaram todos os agentes da democracia – prestígio dos governos, dos parlamentos, da política, enfraquecimento dos partidos, dos sindicatos, dos movimentos sociais, desinteresse pela política e pelas eleições, desvalorização da democracia, despolitização generalizada. Porque prevalecem os valores da viração por contra própria, do egoísmo, da cultura da violência e da corrupção para resolver os problemas de cada um, do consumismo como valor supremo, da mercantilização, em que tudo tem preço, tudo se compra e se vende, a começar pelas próprias pessoas.

O essencial não tem preço

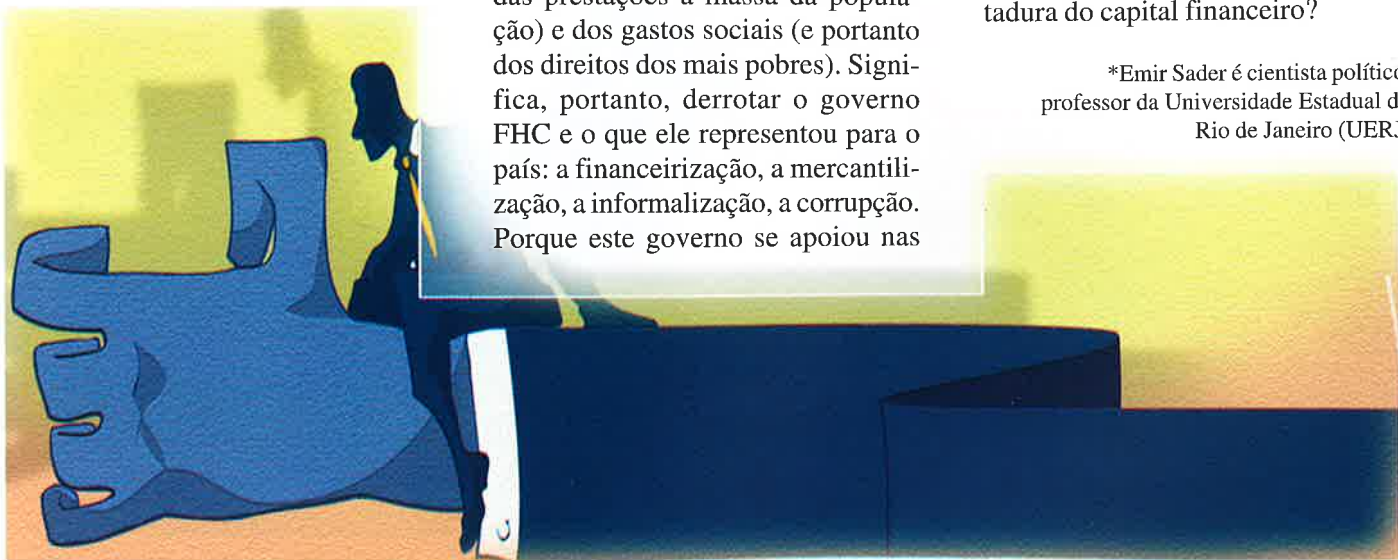
Romper com isso e partir para a construção de um Brasil democrático econômica, social, política e culturalmente significa essencialmente valorizar o sentido do público. É aquele espaço que atende as necessidades da grande maioria da população, aquele que sabe que “o essencial não tem preço”, que “o mundo não está à venda”, que as coisas – materiais e espirituais – não podem ser reduzidas a mercadorias e que a vida não é um mercado.

Significa imprimir ao processo de reforma do Estado um sentido profundamente democrático, retirando-lhe o sentido economicista que o reduziu a um capítulo dos ajustes fiscais – com a busca apenas de diminuir os gastos do Estado, especialmente às custas dos salários do setor público (e portanto da qualidade das prestações à massa da população) e dos gastos sociais (e portanto dos direitos dos mais pobres). Significa, portanto, derrotar o governo FHC e o que ele representou para o país: a financeirização, a mercantilização, a informalização, a corrupção. Porque este governo se apoiou nas

elites políticas corruptas para promover os interesses das elites econômicas, em especial de seu setor financeiro, que financiou a eleição e a reeleição de FHC, um e outro governos corruptos.

A corrupção é um elemento inerente das políticas neoliberais. As elites econômicas se valem dos políticos que aceitam promover seus interesses e quando os efeitos impopulares prevalecem, jogam esses políticos fora. Por isso Pinochet está em prisão domiciliar, Salinas de Gortari está foragido fora do México, Carlos Andrés Perez foi para a cadeia, Fernando Collor foi cassado, Fujimori se refugiou no Japão, Menem cogita pedir asilo no Uruguai. O que acontecerá com FHC? Muito mais importante: o que faremos para transformar o Brasil num país livre da corrupção, mas também da injustiça, da dependência, da exclusão, da ditadura do capital financeiro?

*Emir Sader é cientista político, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)



2001

fevereiro



Encontro de ciência e arte
Mostra de Ciência e Tecnologia durante a Bienal recebe trabalhos de todo o país e quebra barreiras entre a arte e a ciência.

Carnaval na paz
O bloco Sou da Paz, organizado pela UNE, faz a abertura oficial do Carnaval em Salvador.



tão LONGE tão PERTO

O que há de comum entre as manifestações contra a corrupção, a impunidade e o governo FHC, que tomaram conta do país recentemente, e os protestos que reúnem mundo afora milhares de jovens contra a globalização, a Alca, o FMI e os governos dos países ricos? Tudo – que pode se resumir na esperança de existir um país e um mundo em que integração não signifique, na prática, opressão



Não foram poucas as mudanças que aconteceram no Brasil, em especial nos anos de governo do segundo Fernando. Todas as estatais, inclusive as mais estratégicas e rentáveis, foram vendidas em processos obscuros e a preços aviltantes. Experimentamos – e continuamos amargando – desemprego alarmante. Convivemos com índices crescentes de concentração de renda e de desigualdade social.

A despeito disso tudo, tem gente que ainda pensa (ou pelo menos que ainda diz) que hoje a juventude e a população em geral vivem melhor, pois têm “acesso” a carros importados, tênis e roupas de marcas diversas, serviços informatizados. Durante um tempo, esta pareceu a verdade absoluta, e qualquer contestação – como fez o movimento estudantil desde o primeiro momento – era facilmente taxada de retrógrada.

Passada mais de uma década de reino do neoliberalismo (que, como bem disse o lingüista americano Noam Chomsky, não é novo nem liberal), as idéias con-

trárias não parecem tão fora de lugar. Ao contrário – ganham cada vez mais espaço, aqui e em outros países. Se antes era difícil reunir gente para criticar a essência do Plano Real – privatização, estabilidade monetária às custas de juros altíssimos e economia dependente, arrocho salarial – hoje é possível, durante dois meses consecutivos, fazer uma semana de mobilizações com milhares de pessoas nas ruas.

Se a idéia de globalização parecia encantadora, hoje os críticos desse processo – na verdade excludente, promotor da hegemonia americana e da desigualdade na imensa maioria dos países – se reúnem, aos milhões, em várias partes do planeta a cada reunião que fazem (ou tentam fazer) os governos comandantes desse processo.

Alguma coisa, definitivamente, está fora da nova ordem liberal. E uma delas é a decadência do governo FHC, refém dessa globalização imposta. É isso que aproxima – e torna fortes – movimentos que acontecem em lugares tão distantes.

2001

março



O maior da história

A UNE realiza em março o maior Coneg da sua história, com 174 entidades. Pela primeira vez, as executivas de curso participam com direito a voto. Teve quantidade e qualidade – as entidades saíram do encontro e prepararam grandes manifestações no final do mês.

Agitos de março

De volta às ruas: contra a proposta do FMI de cobrança de mensalidade nas universidades federais, pela redução das mensalidades e pela CPI da corrupção. Foi a jornada de março deste ano que acendeu o pavio da luta contra a corrupção – que pegou fogo em maio.



Alca O novo nome do império americano



A Área de Livre Comércio das Américas (Alca) tem data marcada para entrar em vigor: 2005. Mas não é preciso esperar até lá para saber a que veio essa organização, na qual os Estados Unidos estão tão empenhados. Ela é apenas a ampliação para a América Latina do Nafta – Tratado de Livre Comércio da América do Norte – que engloba EUA, Canadá e México. Portanto, é a extensão da dominação americana que já passou como um terremoto por boa parte dessas Américas. Não é à toa que se articula no mundo todo, e no Brasil com cada vez mais força, a resistência à implantação da Alca. Veja alguns motivos para você entrar nessa briga:

- O objetivo de assegurar a mais

absoluta liberdade para que o capital se mova em todo o continente significará, uma tendência ao rebaixamento ainda maior dos salários e das condições de trabalho.

- Os efeitos da livre importação de mercadorias ameaçam condenar o setor industrial local à completa desaparecimento, aprofundando os altos índices de desemprego que castigam nosso país.

- O acordo abre espaço para privatizar o que ainda não foi entregue – entre outros setores, a educação e a saúde. A Alca também exclui expressamente a possibilidade de reverter as privatizações já realizadas. O princípio geral é transformar os serviços sociais em mercadorias, cujo acesso será regulado pela capacidade individual de pagamento.

Outro mundo é possível

O Brasil sediou, em janeiro deste ano, um encontro histórico. Mais de 20 mil pessoas, de todos os continentes, se reuniram em Porto Alegre no Fórum Social Mundial para debater os efeitos da globalização neoliberal e organizar a resistência daqueles que pensam que um outro mundo é possível. Já foi um passo

gigantesco, com grandes repercussões.

O segundo passo, a ser dado no II Fórum Social Mundial, que acontece em janeiro de 2002 em Porto Alegre, tende a ser maior ainda. Mais do que a crítica ao neoliberalismo, que une tantas organizações diversas do mundo todo, existe um movimento para que se proponha alternativas

para construir este novo mundo – fundamental para que ele seja, realmente, possível.

A UNE, que participou do primeiro Fórum organizando oficinas e debates, vai estar presente no segundo – dando sua contribuição para a construção de um mundo diferente deste que nos foi imposto.

2001

março

abril



Pavio aceso

Três dias de manifestações pelo país reuniram mais de 100 mil estudantes pedindo CPI da Corrupção Já.



Mala sem Alca

Enquanto no Canadá os chefes dos

países ricos discutiam a data para entrada em vigor da Alca, o mundo protestava. Em São Paulo, uma manifestação de estudantes tomou conta da Avenida Paulista. A polícia reprimiu, bateu e torturou os estudantes presos.

Rebeldia sem fronteiras



Os estudantes brasileiros não estão sozinhos nem nos problemas, nem nas reivindicações. E, cada dia mais, compartilham suas lutas com jovens de outras partes do mundo

Em março de 2000, a UNE esteve na Líbia, no congresso da União Internacional dos Estudantes (UIE), onde foram discutidos problemas comuns a jovens do mundo inteiro. Em abril, 180 estudantes brasileiros participaram do XII Congresso da Organização Continental Latino-Americana dos Estudantes (Oclae) – e debateram temas como a defesa da Amazônia e da universidade pública. A UNE saiu do encontro como coordenadora do movimento estudantil no Cone Sul (Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile e Brasil) e, pela primeira vez, um estudante brasileiro, indicado pela Ubes e apoiado pela UNE, se elegeu para o Secretariado Executivo da Oclae.

Por que ir tão longe, se temos tan-

tos problemas para resolver aqui? Pelo simples motivo de que não estamos isolados – e os recentes protestos mundiais protagonizados por jovens provam isto.

Trocar informações e opiniões a respeito do que se passa em outros lugares ajuda a entender e intervir melhor em nosso país. “É claro que não é muito fácil. As lutas específicas, a dificuldade de locomoção e a barreira da língua dificultam o intercâmbio”, diz Daniela Matos, diretora de relações internacionais da UNE.

Alguma coisa em comum...

Muitas políticas educacionais implementadas pelos governos locais seguem recomendações da mesma matriz: o Banco Mundial. Um exemplo é o estrangulamento da universidade pública e a expansão do ensino superior pago. Segundo o primeiro diretor de relações internacionais da UNE, Danilo Moreira, “conhecer e combater esta linha conjuntamente fortalece as lutas nos países”.

Por isso, atos de solidariedade, como o que aconteceu em apoio aos grevistas da Universidade Autônoma do México, ou caravanas brasileiras aos protestos contra a Alca em Buenos Aires fazem parte das preocupações e atividades da UNE.

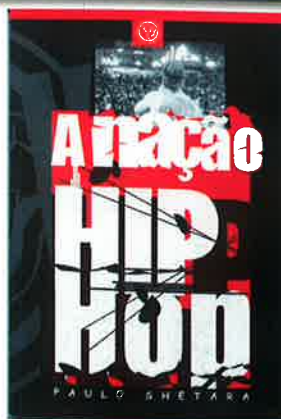
2001

maio

junho

Operação anti-abafa

Fernando Henrique comprou deputados, pressionou de todo jeito para abafar a CPI da corrupção. Foi mais lenha na fogueira – durante duas semanas no mês de maio, manifestações em todo o país mostravam a indignação dos estudantes contra o governo.



Lançamento em grande estilo

Livro editado pela UNE é lançado em São Paulo no início de junho, com evento que reuniu teatro e música – já com o Cuca na organização.

A UNE entra no **CIRCUITO**

Um mosaico de cores, idéias, letras, movimentos e expressões:
A 2ª Bienal de Cultura e Arte da UNE foi o espaço de unidade e diversidade, tradição e novidade no cenário cultural. E deu o pontapé inicial para que o movimento vá além do evento, com a formação dos Cucas – Circuito Universitário de Cultura e Arte



Mais do que um evento, um MOVIMENTO



Há algo além da mesmice que toma conta da indústria cultural. Parte do novo que começa a aparecer com força no Brasil passou por aqui – nas mostras, debates, shows e instalações da 2ª Bienal de Cultura da UNE

Em sua segunda edição, a Bienal já provou que é mais do que necessária. Não apenas para criar um circuito alternativo aos grandes esquemas – mas também para discutir questões ligadas à cultura, novas linguagens e alternativas para a produção e divulgação dos trabalhos.

O diálogo com a sociedade também é um dos eixos da proposta cultural da UNE. Não foi à toa que visitas às comunidades dos morros cariocas foram incorporadas à programação da 2ª Bienal. Ou que artistas e intelectuais com pontos de vista e vivências diferentes foram convidados para os debates.

Sem imposições ou preconceitos, a Bienal mostrou o que os universitários estão produzindo. Mas também se preocupou em pensar outra forma de fazer e viver a cultura e a arte. Interagindo com a sociedade, trocando informações e experiências, abrindo-se para novas linguagens e públicos, valorizando a

(boa) produção que está à margem dos esquemões comerciais.

A UNE quer reeditar os Centros Populares de Cultura dos anos 60 sem repeti-los. Quer que a experiência ajude a fazer algo novo e inovador, que ultrapasse os muros da universidade mas aproveite o ambiente criativo que ela fornece. Quer questionar a “cultura de consumo” e o “consumo da cultura”. Quer alternativas ao senso comum que valoriza apenas a mídia, o dinheiro, o mercado.

E não são apenas os estudantes que estão nessa, vários artistas consagrados mostraram que concordam com a idéia – o cineasta Vladimir de Carvalho, o músico Lobão, o diretor de teatro Sérgio Carvalho, o vocalista do Mundo Livre S/A, Fred Zero Quatro, o dramaturgo Augusto Boal, o cantor e compositor Tom Zé. A proposta não é só abrir mais um palco – é proporcionar a oportunidade de trocar, ouvir, falar, interferir. Esta foi apenas a segunda Bienal. Outras certamente virão.



“A diretoria da UNE fez o convite para lançar *Barra 68* na Bienal e eu aceitei prontamente. Acho que tem tudo a ver. Os estudantes estão começando esta coisa extraordinária, que é a mobilização através da arte. Para mim, este é o caminho mais curto para estabelecer uma comunicação entre dois seres humanos”
Vladimir de Carvalho, cineasta



“Debater a questão da informação, da imprensa, na Bienal da UNE é absolutamente central. Vivemos na época em que a informação é um campo de batalha estratégico”
José Arbex, jornalista da revista Caros Amigos

De CUCA em CUCA

Há algum tempo a UNE vem pensando numa forma de fomentar a produção artística e cultural nas universidades. Durante a 2ª Bienal nasceu a idéia, que agora cresce e começa a aparecer – o CUCA, Circuito Universitário de Cultura e Arte

A principal referência são os Centros Populares de Cultura, que se formaram nos primeiros anos da década de 60 e foram a maior experiência da entidade com produção artística. Dentro de outro contexto, os CUCAs vão surgindo pelo Brasil, por iniciativa dos próprios estudantes.

As possibilidades de implementar os CUCAs são tão amplas quanto a variedade cultural brasileira. Eles devem surgir, e já estão surgindo, conforme as condições e necessidades de cada local de implantação: não é necessário ter um prédio com estrutura adequada para as atividades. Claro, se este espaço existe, ótimo! Mas, diante da nossa realidade, a dica é criatividade: mapear espaços ociosos, verificar se já existe produção na sua universidade, campus ou faculdade e tentar adaptar espaços para suprir as necessidades básicas da tetralogia: pesquisa, discussão, produção e apresentação.

Organizar debates, seminários e atividades que reúnam pessoas e que tragam idéias e soluções práticas para o CUCA também vale. Fazer é fundamental. Viabilizar verbas com entidades estudantis, com a universidade, com patrocínios, com apoios etc., ter autonomia.

Onde ciência e arte se encontram

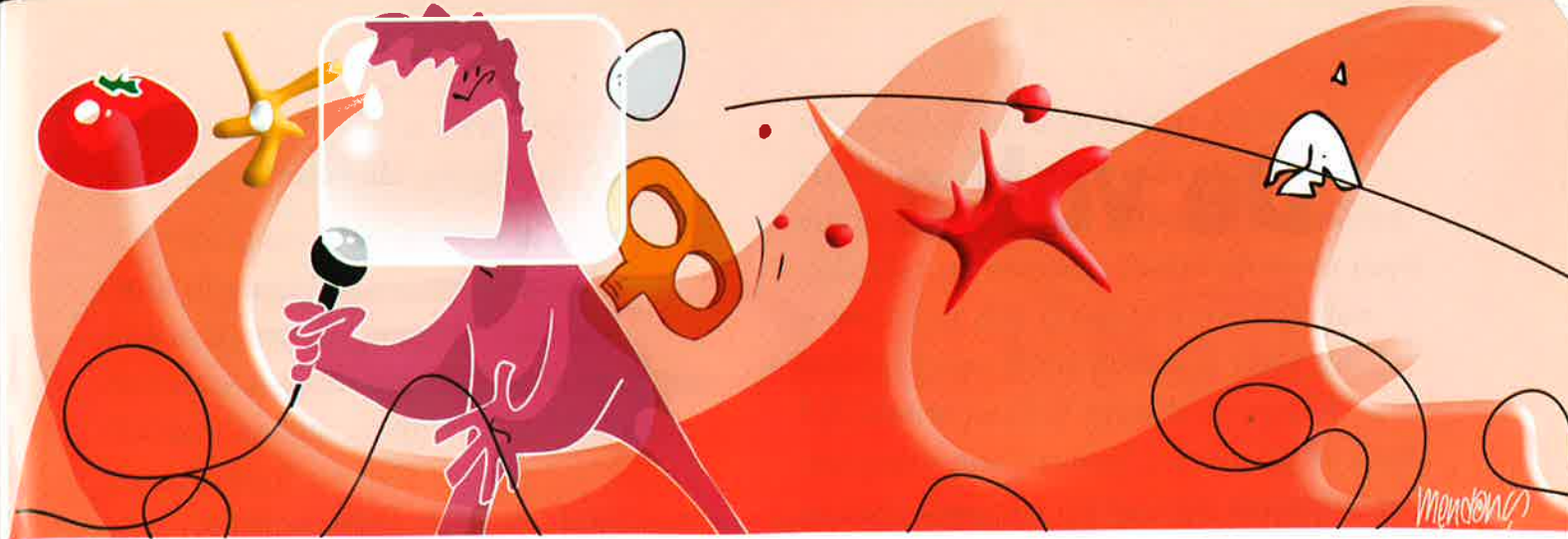
Não só produções artísticas devem ser fomentadas, mas as de ciência e tecnologia também. Conhecimento não foi feito para ser

guardado, e sim compartilhado. Isso serve para a proposta do CUCA, de não restringir o espaço universitário só para pesquisa, discussão, produção e apresentação de projetos artísticos-culturais, mas também como alternativa para uma maior integração entre os universitários, e da universidade com a sociedade.

Dados do IBGE indicam que cerca de 86% das cidades brasileiras não possuem espaços culturais (como teatro, cinema, museu) e cerca de 20% não possuem nem biblioteca pública (*Correio Brasiliense*, 18/04/2001). São os números da falta de alternativa cultural, grande mal do nosso país e grande vazio para o povo. Pois cultura e arte são bem mais que diversão. Para Jorge Coli, autor de *O que é Arte?*, “o objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nos servimos para apreender o mundo que nos rodeia”. A cultura influi diretamente na afirmação de um povo, traz liberdade de expressão e valorização da nação.

E os CUCAs são parte dessa busca. A preocupação principal é criar mais do que um espaço cultural dentro da universidade; é fazer um núcleo vivo, com idéias, ensaios, debates e atividades culturais rolando todo o tempo – idéia pra isso não falta. Há muito o que fazer e as pessoas estão cada vez mais envolvidas em projetos que contestem o status quo. As portas do Cuca estão abertas. É só entrar.





Vamos botar **FOGO NO CIRCO**

Por Fred Zero Quatro*

Meio sem querer, meio concordando em parte – ainda não me defini plenamente quanto a esta questão – acabei ou acabaram por me tornar uma persona emblemática, um espetacular exemplo de quanto o grande circo cultural brasileiro tem se especializado em promover os mais bizarros tipos de exclusão. Senhoras e senhores, eu tenho que concordar que sou mesmo uma grande atração. A mulher barbuda da música pop! Quase tão assediado quanto um astro em ascensão em Hollywood e quase tão pobre quanto o bilheteiro do cinema da esquina.

Vejam como é incrível. Por um lado, meu telefone não me dá sossego, nem na hora do almoço! Jornais, revistas, sites e fanzines de todo o Brasil, sociólogos, musicólogos, enfim, professores e pesquisadores de várias partes do mundo. Numa semana gastei duas tardes com historiadores americanos (um de Chicago, outro de Albuquerque, ambos estão há meses em Recife estudando a tal cena mangubeat). Músicos e produtores, novos e antigos – e das mais variadas vertentes – não param de me propor parcerias e me convidar para participar de seus novos discos, shows etc. Cineastas me encomendam

trilhas sonoras originais, políticos me pedem músicas para campanhas e, pasmem, bandas iniciantes me pedem conselhos (juro por Deus e tenho como provar!).

Agora, o outro lado pode ser resumido num simples fato. A despeito de ter recebido da Associação Paulista dos Críticos de Arte o prêmio de Melhor Disco do Ano 2000, nosso quarto e último trabalho, *Por Pouco* (Abril Music, uma das maiores gravadoras e distribuidoras do país) sumiu das lojas poucos dias depois de lançado, há cerca de seis meses. Por isso, se eu fosse receber o prestigiado prêmio, no Teatro Municipal de São Paulo, o meu texto seria no mínimo incomum. Eu subiria ao palco apenas para me desculpar. Pediria desculpas à gravadora, ao nosso empresário, e especialmente às lojas de discos, por ter-lhes causado mais esse grande embaraço – em 99, quando recebemos da mesma APCA o prêmio de Melhor Grupo, fizemos apenas um “desagrado” às rádios.

Entre os inumeráveis eventos dos quais participei recentemente, um dos mais interessantes e animados foi justamente a Bienal da UNE, que rolou em fevereiro na UERJ. Os organizadores do encontro gentilmente

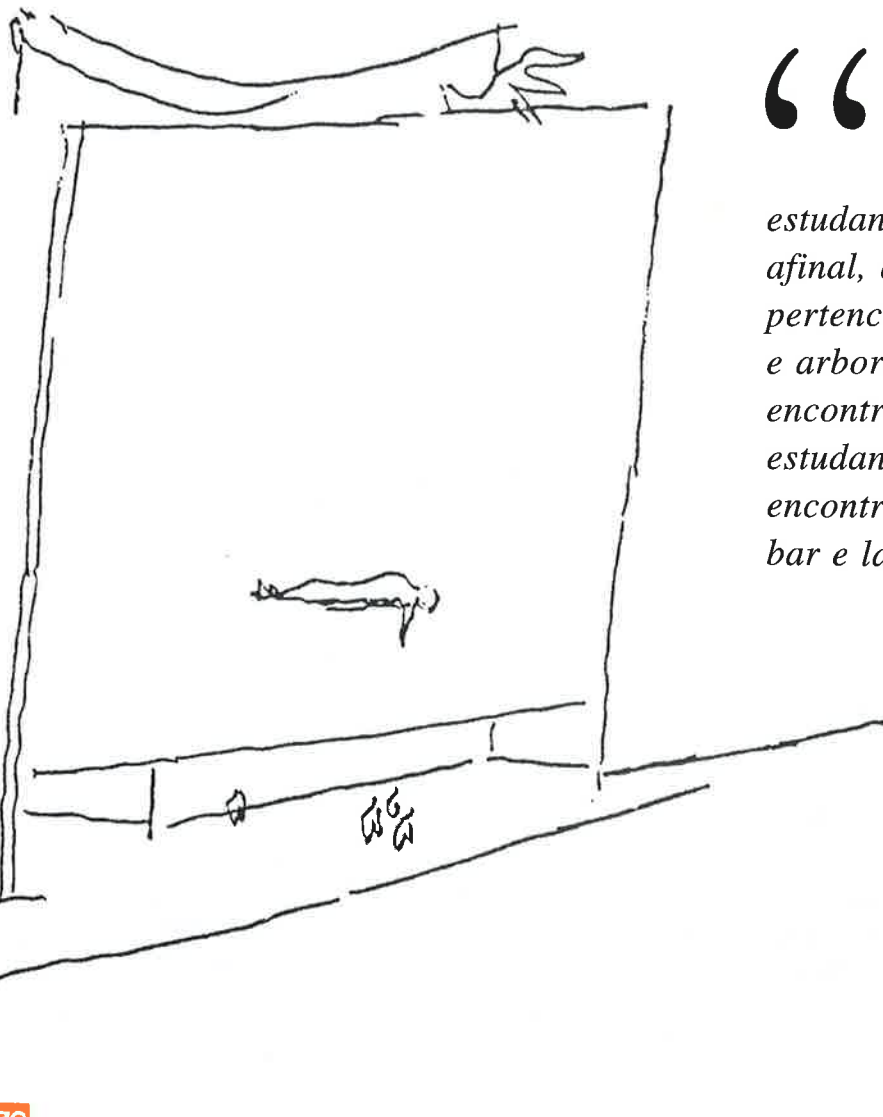
me convidaram (mandaram até a passagem!) para participar de um debate sobre música brasileira, junto com outras atrações impagáveis, entre elas o mestre Jards Macalé e o ativista do hip hop brasileiro Gog. Achei a conversa bastante produtiva e fiquei positivamente impressionado com a energia e o interesse da estudantada em debater temas como diversidade musical, democratização da informação, tirania do mercado, globalitarismo cultural, enfim, assuntos urgentes e inesgotáveis, que deveriam ser discutidos com muito mais frequência e intensidade. Por isso não hesitei em aceitar o convite do site Estudentenet – lançado, a meu ver, num momento mais que oportuno – para abrir um canal permanente de discussão.

O público não suporta mais ser feito de palhaço. Chegou a hora de vaiaar, jogar ovos e tomates, detonar o império da diversão globalitária e os monopólios do espetáculo único, alienante e corrompido. Propostas, soluções e alternativas serão, naturalmente, muito bem-vindas. Colaborem! Participem! Vamos botar fogo no circo!!!

* Fred Zero Quatro é músico, vocalista da banda Mundo Livre S/A

De volta pra casa

Depois de ser incendiada pelos militares em 1964, invadida pelas polícias Militar, Federal e Civil e demolida em 1980, a antiga sede da Praia do Flamengo, no Rio, voltou às mãos dos estudantes em 1995. E logo surgiu a idéia de construir um Centro Cultural no terreno que abrigou a sede da entidade desde 1942. A proposta ganhou um aliado especial: o arquiteto Oscar Niemeyer. É ele que assina o projeto do Centro Cultural que, com muito orgulho, começou a ser viabilizado nesta gestão. Com a palavra, Niemeyer:



“ Ao iniciar este projeto, a minha preocupação foi que, desde a entrada até o fim do terreno, os estudantes da UNE sentissem que, afinal, aquilo que desejavam lhes vai pertencer. E isso explica a praça aberta e arborizada que desenhei. Nesta, eles encontrariam tudo o que a atividade estudantil requer. Primeiro, o local de encontros e debates indispensável, com bar e lanchonete, acolhedor, a todos

convidando. Seria, a meu ver, o ponto mais importante da praça.

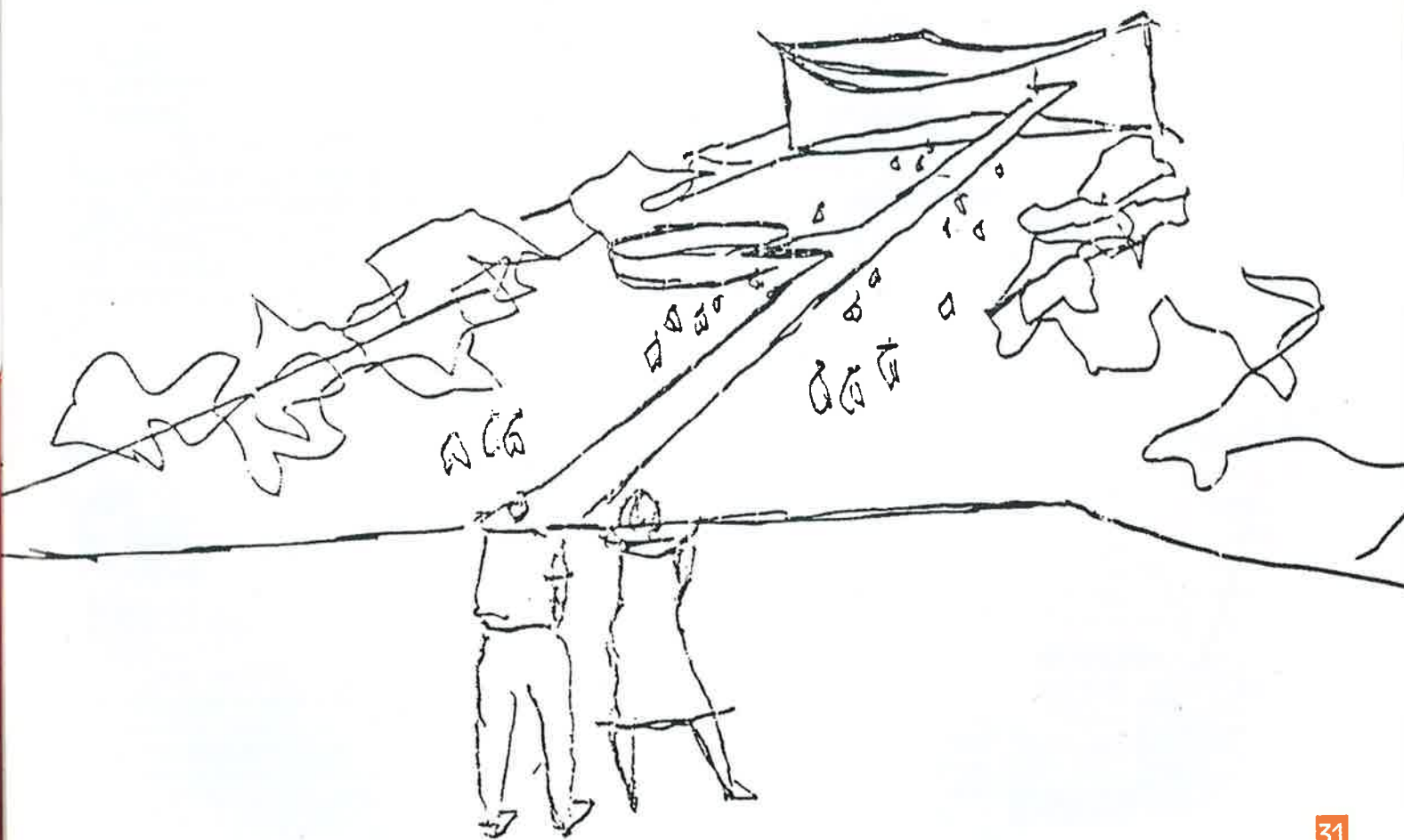
O lugar de convivência diária onde discutiríamos os problemas da educação ou da própria vida, os encantos e desacertos deste mundo que tão bem sabem compreender e tentam transformar.

Depois, do lado oposto, seria o setor musical. Um pequeno auditório, protegido interior e exteriormente dos problemas de acústica. Sempre caminhando sob a marquise projetada, eles encontrariam logo adiante o pequeno auditório com 100 lugares e, em seguida, o grande anfiteatro para 600 pessoas. Ao examinarem este projeto, vocês veriam como os espaços destinados à UNE e aos andares

reservados aos escritórios estão rigorosamente independentes, e que naqueles o partido adotado permitiria soluções diferentes. Todas abrindo para o mar. Um dos croquis apresentados mostra como será bonita a vista da biblioteca para a grande praça. A marquise que protege a circulação entre os seus diversos elementos, inclusive o grande auditório como fecho principal da composição.

Plasticamente, as fachadas do edifício seriam de vidro e, quem sabe, a principal enriquecida com uma escultura lembrando os colegas que pela luta política se sacrificaram. ” ”

Rio, Oscar Niemeyer



O mundo precisa de outras palavras



Montar esquemas alternativos de comunicação não é fácil. Vide as grandes dificuldades que entidades do movimento popular têm de editar revistas, publicar jornais, produzir pequenos programas na TV até mesmo de manter sites atrativos e atualizados diariamente.

Os motivos são variados: desde a falta de dinheiro (já que não é barato editar materiais com um mínimo de qualidade) até a prioridade dada a outras áreas.

Mesmo em condições adversas, a necessidade de divulgar outra versão dos fatos – que não as oficiais, batidas e repetidas pelos meios de comunicação tradicionais – é cada vez mais incorporada pelas organizações da sociedade civil.

E não é diferente com a UNE. Há anos a entidade investe na profissionalização e periodicidade de seus materiais. Procura manter contato direto com as entidades estudantis, seja através de seu boletim mensal – o Nexo –, seja através de cartazes, panfletos, documentos, revistas e materiais específicos sobre determinado tema (meia-entrada, provão, Plano Emergencial, Bial). Isto sem falar na página que a entidade manteve por oito meses na *Revista Bundas* – um belo exemplo das dificuldades que a imprensa independente enfrenta para se manter.

Caiu na rede

Mas esta gestão deu um salto, desenvolvendo a comunicação direta com os estudantes. Trata-se do portal Estudentenet – uma parceria entre UNE, Ubes e Zipnet – que entrou no ar em fevereiro deste ano.

Além de ser uma iniciativa pioneira entre entidades populares, o portal permite que a UNE “converse” diretamente com milhares de estudantes. E não é força de expressão. Todos os dias o portal recebe (e responde) mais de 500 mensagens eletrônicas com as mais variadas dúvidas, sugestões, opiniões e críticas.

Mais do que as entidades a divulgar suas atividades, o portal informa estudantes e cidadãos em geral sobre as iniciativas e opiniões da UNE. E, com suas matérias sobre cinema, viagem, música, estágio, direitos e saúde, atrai internautas que normalmente não se interessariam pelas notícias do movimento estudantil.

Como bem disse Ignacio Ramonet, editor do *Le Monde Diplomatique*, “hoje em dia fala-se muito na poluição meio ambiente, mas é preciso descontaminar também os cérebros. E a cabe à imprensa independente esta tarefa, sem esquecer da qualidade gráfica de seus materiais – tão importante quanto o conteúdo”.

1999/2000

SEM VINDO A PAGINA DA **UNIBUNDAS**

A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA SUA TEM CREDITO COM O FHC

169 milhões

Podem ser usados para:

- Estudantes de Universidades pagam = 2041 Salários de Grátis
- Estudantes de Escolas pagam = 10.000 Salários de FIES/PROPS
- Comunidade universitária = 10 milhões de Salários de Grátis

ESSA TERÇA TEM MUITO CREDITO COM O GOVERNO

FINANÇA DA COBRANÇA CPMI-JA!

AGITOS ESTUDANTIL

9 de agosto - SP
10 de agosto - RJ
11 de agosto - MG
12 de agosto - PR

Movimento Nacional dos Estudantes

Nós e a Bundas

A UNE manteve uma página fixa na revista *Bundas*, uma publicação dirigida pelo jornalista Ziraldo que representou ar puro na imprensa brasileira.



Visual novo

O Nexo ganhou novo projeto gráfico, com visual e linguagem jovens. Sua periodicidade permitiu contato constante com os centros acadêmicos.



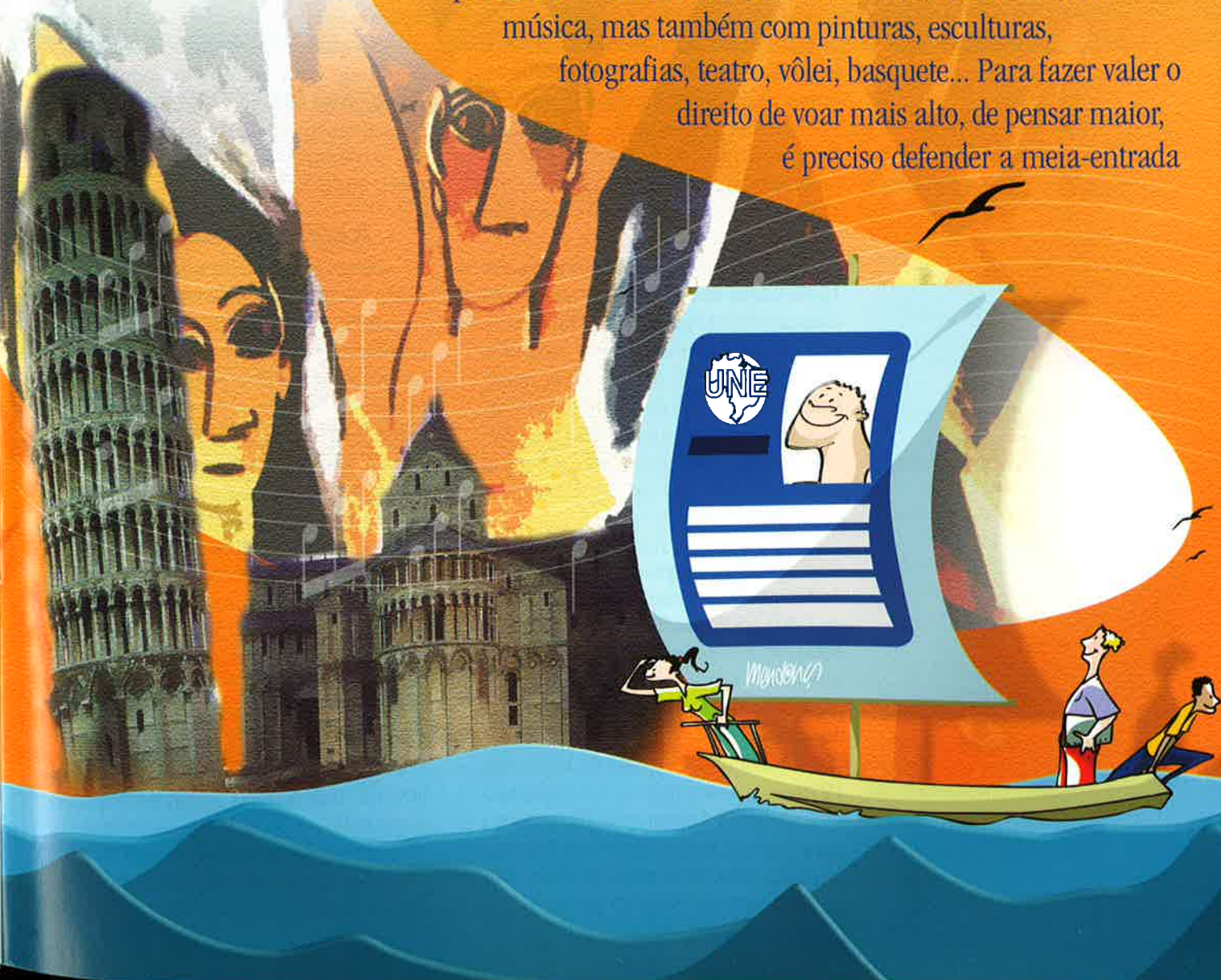
A UNE em rede

O lançamento do portal Estudentenet, foi um grande passo na comunicação da UNE. Mais agilidade, mais diversidade – o resultado é que o portal já tem, hoje, cerca de 500 mil *page views* mensais. Sucesso total.

Diversão e arte em qualquer **parte**

A meia-entrada é uma grande conquista, ninguém nega. Mais do que um simples ingresso mais barato, é um caminho para ampliar os horizontes de formação do estudante.

É a possibilidade de formar gerações de expectadores e produtores de cultura, encantados não só com futebol e música, mas também com pinturas, esculturas, fotografias, teatro, vôlei, basquete... Para fazer valer o direito de voar mais alto, de pensar maior, é preciso defender a meia-entrada



A história de uma conquista

Os estudantes que hoje chegam à porta de um cinema ou teatro, apresentam a carteira e pagam metade do preço do ingresso estão usufruindo de uma conquista que não chegou de graça. A meia-entrada custou, sim, muita luta

Uma luta que sempre teve resistências das forças retrógradas e dos grandes grupos econômicos do país. Talvez pela sua essência – a idéia de que a formação do cidadão não se dá apenas no banco das escolas, de que é preciso dar acesso a atividades culturais capazes de ampliar a sensibilidade, o conhecimento e a forma de ver o mundo. Que é preciso dar a oportunidade para o jovem ver de perto seu país e outros lugares do mundo, conhecer culturas, comportamentos e povos diferentes – e crescer respeitando diferenças. Esse princípio, de cidadania e de democracia, que se expressa no direito à meia-entrada, sempre incomodou muita gente.

A história da meia começa em 1949, numa fila de cinema, quando os estudantes chegavam à bilheteria e pediam meia-entrada. Como não tinha, voltavam ao final da fila. Essa manifestação, batizada de fila boba, conseguiu fazer confusão nas portas das poucas salas de cinema de então – e abriu caminho para que se implantasse a meia logo depois.

De lá para cá, foram muitas idas e vindas. Com o golpe militar, as entidades estudantis foram proibidas, a sede da UNE foi incendiada e a carteira da entidade desapareceu junto com a democracia. Nesse período, para pagar meia-entrada, só com a carteira oficial das faculdades.

Com a reconstrução da UNE, em 1979, a carteira volta a ser emitida e as entidades fazem grande esforço para que ela tenha valor e seja reconhecida. Mas esse esforço sofre um golpe fatal em 1983. O governo (na

época o presidente era o general João Figueiredo) suspende o direito à meia-entrada. A justificativa oficial era a falta de um órgão que centralizasse a emissão o que permitia a falsificação da carteira em larga escala. A saída encontrada para se contrapor a resistência dos estudantes foi oferecer meia-entrada para todos em “horários especiais”, o que na prática significava o fim do benefício.

Só quase uma década depois, coincidindo com um dos momentos de luta democrática mais intensa no país (o impeachment de Collor), começa a se rearticular a luta pelo direito a meia-entrada.

A carteira é sua cara

Desta vez, a conquista foi mais que a meia-entrada. Temos hoje uma identidade estudantil, emitida pelas entidades, independente do Estado ou das instituições de ensino. A nova forma permitiu que todo o movimento estudantil – dos Centros Acadêmicos à UNE – tivesse uma fonte de recursos que proporciona a autonomia necessária para desenvolver a luta em defesa dos estudantes.

A carteira passou por uma evolução tecnológica nos últimos anos, que garantiu segurança e credibilidade para que ela se firmasse como identidade estudantil. Do documento impresso em papel cartão plastificado passou-se ao PVC. Foi incorporado o selo holográfico e, em alguns Estados, um microchip. Esse avanço fez bem à consolidação da meia-entrada e à ampliação do acesso a esse direito: todos os anos, cresce o número de carteiras emitidas em todo o país.



Governo ataca direito à meia

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ao opinar sobre a meia-entrada, é coerente com sua postura retrógrada em relação à educação e à livre organização das entidades

Durante a ditadura militar foi grande o combate não só à meia, mas também à carteira e às entidades estudantis – até que o general Figueiredo acabou com o direito em 83, alegando a falta de controle sobre a emissão das carteiras, mas não apenas isso. Na época, um dos argumentos usados era de que a meia era “privilégio” dos estudantes, que mais “democrático” seria a concessão do direito para todos, em horários especiais. Desde então ficou claro que a idéia da “meia para todos” era o caminho para prevalecer a “meia para ninguém”.

É sintomático que esse discurso reapareça agora, por meio de outras vozes. O ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato de Souza, por exemplo, abraça essa causa e assume esse discurso. Em entrevista ao *Jornal da Tarde*, em 9 de julho de 1999, o ministro criticou a exclusividade do benefício da meia-entrada para os estudantes, questionando “por que o jovem trabalhador tem de pagar inteira”. O ministro defende que toda a população de até 25 anos tenha acesso a meia-entrada.

Dispensa dizer que esse raciocínio se aproxima muito do que é feito pelo governo ao defender o pagamento de mensalidades nas universidades públicas, já que o acesso a elas é “privilégio” de uma minoria. Cabe ao ministro responder a um questionamento que usa o raciocínio inverso: “Por que o jovem trabalhador não tem acesso à universidade, por que o governo não promove abertura ampla de cursos noturnos nas universidades públicas para garantir o acesso desse trabalhador?”

Não chega a ser surpresa que parta do governo Fernando Henrique esse tipo de ataque travestido de idéia “democrática” – diga-se de passagem, sempre acompanhado de críticas ao fato de a UNE ser a responsável pela emissão das carteiras. Mas é bom ficar de olho. Quem não tem vergonha de mandar a polícia invadir o campus da UFBA para impedir uma manifestação de estudantes pela CPI da Corrupção, como ocorreu em maio deste ano, é bem capaz de usar de qualquer método para acabar com a meia-entrada e com a carteira de identificação estudantil.

Acesso facilitado

Recentemente, mais um passo definitivo foi dado para ampliar ainda mais o acesso dos estudantes à carteira da UNE. Agora, de qualquer parte do país, acessando seu computador (ou da faculdade, ou do amigo), é possível solicitar sua carteira pela Internet.

O serviço, que funciona desde abril no portal da UNE e da Ubes na Internet – o Estudantenet – já é um sucesso de público. De forma segura, o estudante faz seu pedido, envia os documentos pelo correio e recebe sua carteira em casa, no prazo máximo de vinte dias.

Mesmo em pouco tempo de funcionamento, a solicitação pela Internet mostrou ser um serviço importante e um grande avanço para que todos – desde o estudante da maior universidade do país até aquele que mora numa cidade de interior distante – possam ter sua identificação estudantil e usufruir dos benefícios que ela proporciona.

Para pedir a carteira pela Internet, basta visitar o portal da UNE e da Ubes: www.estudantenet.com.br

O inegável direito à meia-entrada

Iara Bernardi*

A Câmara dos Deputados está apreciando vários projetos de lei dispendo sobre a meia-entrada para estudantes, jovens de até 21 anos, doadores de sangue, professores, trabalhadores que recebem salário mínimo, trabalhadores sindicalizados, idosos e aposentados. Releitei alguns deles na Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

A meia-entrada é uma forma de garantir a complementação da formação acadêmica dos jovens estudantes, através do acesso diferenciado à cultura, ao esporte e ao lazer. Assim, o estudante amplia seus conhecimentos e sua formação cultural. A meia-entrada interage com ensino formal, garantindo maior qualidade na formação educacional dos estudantes brasileiros. Esta experiência tem demonstrado que o pagamento reduzido dos preços das entradas em teatros, cinemas e estádios não causa prejuízo aos empresários destes espetáculos, nem muito menos aos artistas, uma vez que a diminuição dos preços é compensada pelo aumento no número de espectadores.

Nos países europeus, como forma de elevação do padrão cultural da população, garante-se a todos os estudantes o acesso através da cobrança de meia-entrada, com a apresentação da carteira de suas entidades nacionais, em museus, teatros, shows e, principalmente, descontos em viagens, hotéis, albergues, entre outros. Este direito é garantido, sem que haja a necessidade de aprovação de leis. Historicamente governos e empresários investem na indústria cultural e turística junto aos estudantes pela alta taxa de

retorno que este público proporciona.

A meia-entrada não deve ser encarada como vantagem, benefício ou política compensatória, mas sim como peculiar chamamento da escola. Ser estudante é uma condição transitória, e é no momento de seus estudos que ele se encontra aberto às novas manifestações culturais que irão moldar sua forma de encarar o mundo, a vida, seu próximo etc.

Não concordo que, a pretexto de ampliar o direito à meia-entrada sejam criadas outras categoria, seja de faixa etária, de doador de sangue ou órgãos, categoria profissional ou faixa salarial, pois isso fere de maneira flagrante a nossa Constituição, estabelecendo uma discriminação entre cidadãos brasileiros. Nem acho que a existência de leis estaduais ou municipais que regulam o direito à meia-entrada para estudantes estaria em desacordo com o princípio constitucional.

Num certo momento de nossa história, a meia-entrada se descaracterizou pelo fato de não existir controle e segurança na emissão das carteiras estudantis. Qualquer pessoa poderia obter uma através de escolas, cursos ou entidades, sem nenhum controle. A falta de padronização e segurança na emissão das carteiras levou ao descrédito e à sua extinção.

As carteiras estudantis são o instrumento da garantia do direito à meia-entrada, assegurando o acesso em cinemas, teatros, atividades esportivas e de lazer, pagar meia-passagem no transporte municipal de importantes cidades e capitais brasileiras. E para a garantia da condição de estudantes, de que des-



frutam os titulares desses direitos, a emissão de suas carteiras estudantis há de ser encargo assumido, com exclusividade, pelas suas entidades representativas.

Não considero que seja papel do Poder Público, em qualquer nível, interferir nos procedimentos das entidades da sociedade civil – sejam elas estudantis, sindicais ou profissionais, na definição de políticas internas como a emissão de suas carteiras de identifi-

cação. Temos, isto sim, que assegurar aos estudantes brasileiros, em todos os níveis, o inegável direito à meia-entrada.

*Iara Bernardi é deputada federal (PT/SP), vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e 2ª Vice-presidente do Diretório Nacional do PT



Iara Bernardi

Palavra de jurista

Existem vários projetos de lei que propõem transformações no direito a meia-entrada. A maioria tem o claro objetivo de atacar o direito dos estudantes. Um grande jurista, o professor Goffredo da Silva Telles Junior, examinou um projeto em tramitação na Câmara que busca implantar a meia para qualquer jovem com idade até 21 anos, mediante apresentação do documento de identidade. Eis a palavra de um jurista que, mais que um grande profissional, é um dos mais notáveis combatentes pela democracia, pela cidadania e pela justiça social do país

"Incentivo, estímulo, acicate – tudo isto, a par dos motivos essenciais, o direito à meia-entrada é mais uma eficiente atração para levar o cidadão às escolas.

A concessão desse direito, aos que se acham matriculados em escola reconhecida, é promoção com altos desígnios, e se converte em convite especial ao teatro, ao cinema, aos estádios. É, pois, um meio coadjuvante de cultura.

Para atingir seus preciosos objetivos, deve o direito à meia-entrada ser concedido, especificamente, a estudantes. Só assim, essa permissão opera como peculiar chamamento da escola.

Incentivar a condução dos brasileiros ao estudo! Eis o apanágio da meia-entrada.

Estímulos para brasileiros de qualquer idade! Tal é o motivo pelo qual o direito à meia-entrada não deve ser concedido somente a moços. A moços, sim, sem dúvida; mas deve, também, ser oferecido a todo cidadão, em qualquer estágio da vida; a toda pessoa que se disponha a se matricular em escola devidamente reconhecida. Para o estudante de meia estada ou de idade madura, o direito a meia-entrada tem a virtude de funcionar como galardão bem-vindo.

E o direito à meia-entrada precisa

ser válido em todos os dias da semana, inclusive nas sextas-feiras, nos sábados e domingos, e não apenas nos dias de costumeira baixa frequência, nas casas de espetáculos e nos campos de esporte. Não deve o estudante ser impedido de escolher o dia de uso da meia-entrada, porque não pode a meia-entrada ser causa de ausências prejudiciais às aulas e aos trabalhos da escola.

Note-se que uma inveterada experiência demonstra que pagamento reduzido dos preços das entradas nos teatros, cinemas e estádios não causa prejuízo aos artistas e empresários dos espetáculos, porque a referida diminuição dos preços é compensada pelo aumento do número de espectadores.

Para garantia da qualidade de estudante, de que desfrutam os titulares do direito à meia-entrada, a emissão de suas carteiras de identificação há de ser encargo assumido, com exclusividade, pelas mais credenciadas entidades representativas das categorias interessadas.

Judiciosas e atiladas, sem dúvida, são as disposições das leis e do regime em vigor, sobre o direito à meia-entrada. Desorientados e desvirtuadores, porém, são os propósitos do Projeto de Lei nº 3.274, ora em tramitação no Congresso Nacional."

Goffredo da Silva Telles Junior
Professor Emérito da
Universidade de São Paulo
Professor Titular da Faculdade de Direito



Para onde vai o dinheiro?

Além de garantir o direito dos estudantes à meia-entrada, a carteira ainda é a principal fonte de financiamento da UNE e de várias UEE's, DCE's e CA's. Este não é um ponto menos importante na defesa da carteira. A independência financeira é fundamental para garantir a necessária autonomia política das entidades

A UNE não recebe qualquer financiamento do governo ou de entidades internacionais, como fazem vários sindicatos, ONG's e entidades populares do país. E sem dinheiro fica difícil fazer passeatas, editar jornais, organizar congressos. Daí a necessidade de uma fonte fixa de recursos.

E como o dinheiro da UNE vem da venda de carteiras – dos próprios estudantes, portanto – a entidade pode usá-lo livremente. Seja para promover atos contra a corrupção no governo, seja para realizar a Bienal de Cultura e Arte ou manter suas sedes funcionando.

Mas a UNE não é a única a se beneficiar da venda das carteiras. Todas as entidades legitimamente eleitas recebem uma porcentagem de cada unidade vendida. Apesar de centralizar e coordenar a confecção das carteiras – garantindo segurança e

credibilidade ao documento – a UNE fica com apenas 25% do valor total.

Os outros 75% são distribuídos da seguinte forma:

UEE – 25%

DCE – 25%

CA ou DA – 25%

As entidades precisam estar credenciadas junto à UNE para receber o repasse. Isto garante que “diretores” de entidades fantasmas ou inexistentes não recebam o dinheiro indevidamente. Na maioria dos casos, o repasse é automático. Ou seja, ao confeccionar a carteira, o CA ou DCE já retém a sua parte e repassa o resto para a UEE ou a UNE.

Mas a entidade estadual ou local recebe o dinheiro mesmo que a carteira seja feita diretamente na UNE – inclusive no caso do pedido ser feito via internet. O repasse é feito de tempos em tempos, garantindo recursos básicos para o funcionamento de centenas de entidades estudantis pelo Brasil afora.



Para sua entidade emitir a carteira

Para seu CA., DA. ou DCE fazerem a carteira da UNE, é preciso que a sua entidade se credencie junto ao departamento de carteiras para receber o material necessário para confecção e também o repasse de verbas geradas com a venda das carteiras.

Para se credenciar, você precisa ter em mãos os seguintes documentos:

- Ata de posse da atual gestão
- Estatuto da Entidade
- Número da conta corrente no banco para receber o repasse

Para se informar melhor, ligue para os seguintes telefones:

Entidades do Estado de São Paulo – (0XX11) 5571-0751

Entidades de outros estados – (0XX11) 3171-1251



Na ponta do lápis

A gestão da UNE 1999/2001 apresenta aqui sua prestação de contas. Para facilitar a leitura e o entendimento, esta é uma versão que reúne, em blocos, receitas e gastos. Os documentos, notas e balancete detalhado estão à disposição de todos que desejarem examinar, na tesouraria da UNE, em São Paulo



Prestação de Contas de janeiro a dezembro de 2000 *

Gastos com Pessoal (Administrativo/Vergueiro e DNC)

Salários Funcionários/Temporários	R\$276.708,26
Férias/13º salário/VT	R\$69.609,75
Horas Extras/Prêmios/Cursos/VR	R\$11.369,73
Rescisões Trabalhistas/Multas	R\$131.389,04
Encargos Sociais	R\$64.832,83
Total	R\$553.909,61 (29%)

Despesas Manutenção (Sede Vergueiro, ADM e DNC)

Aluguel/Condomínio/IPTU	R\$29.553,59
Impostos/Taxas/Contribuições	R\$3.991,72
Aquisição de Bens (Telefones, Computadores, Móveis etc.)	R\$15.518,25
Aluguel/Contas de Telefones	R\$64.245,39
Instalações/Manutenção/Internet	R\$8.418,77
Manutenção/Serviços Informática	R\$1.235,83
Total	R\$122.963,55 (6,40%)

Utilidades/Serviços

Água/Energia Elétrica	R\$5.467,84
Material de Escritório/ Mat. Limpeza/ Mat. Elétrico	R\$20.481,81
Xerox/Condução/Cartório/ Consertos Diversos	R\$18.607,21
Correio/Motoboy	R\$49.691,68
Total	R\$94.248,54 (4,90%)

Serviços Contratados

Advocacia/Contabilidade/Segurança	R\$69.150,63
Consultoria/Auditoria/ Assessoria RH	R\$10.500,00

Serviços de Informática/Arquivo	R\$11.615,31
Total	R\$91.265,94 (4,70%)

Outras Despesas

Despesas Bancárias (CPMF, Tarifas, DOC's)	R\$22.953,06
Processos Judiciais	R\$21.515,80
Juros/Multas	R\$20.125,46
Doações	R\$6.240,26
Total	R\$70.834,58 (3,60%)

Mobilização

Ajuda de Custo	R\$179.658,76
Passagens Aéreas	R\$197.180,78
Passagens Terrestres	R\$94.591,60
Hospedagem	R\$14.792,33
Contas de celular	R\$36.480,91
Gráfica	R\$196.270,87
Assessoria Imprensa/Clipping	R\$60.942,60
Criação, Edição, Diagramação, Redação, ilustração	R\$65.790,00
Propaganda/Faixas/Bandeiras/Fitas de vídeo/ Banners	R\$40.223,30
Locação de veículos para manifestações ..	R\$108.959,98
Total	R\$994.891,13 (51,40%)

Total Geral das Despesas	R\$1.928.113,35
Receita Líquida de Carteira (Repasso UNE)	R\$1.936.719,86
Saldo em 31/12/2000	R\$8.606,51

* Receita Líquida da UNE referente à arrecadação do repasse das CIE's

Prestação de contas de janeiro a abril de 2001*

GASTOS COM PESSOAL (Administrativo/Vergueiro e DNC)

Salários Funcionários/Temporários	R\$94.596,68
Férias/13º salário/VT	R\$23.725,75
Horas Extras/ Prêmios/Cursos/VR	R\$22.860,64
Rescisões Trabalhistas/Multas	R\$1.843,77
Encargos Sociais	R\$20.919,74
Total	R\$163.946,58 (17,90%)

Despesas Manutenção (Sede Vergueiro, ADM e DNC)

Aluguel/Condomínio/IPTU	R\$9.024,64
Impostos/Taxas/Contribuições	R\$65,00
Aquisição de Bens (Telefones, Computadores, Móveis etc.)	R\$10.400,00
Aluguel/Contas de Telefones	R\$29.111,78
Instalações/ Manutenção/Internet	R\$670,00
Manutenção/Serviços Informática	R\$1.412,50
Total	R\$50.683,92 (5,51%)

Utilidades/Serviços

Água/Energia Elétrica	R\$1.346,07
Material de Escritório/Mat. Limpeza/ Mat. Elétrico	R\$6.696,41
Xerox/Condução/Cartório/ Consertos Diversos	R\$8.533,18
Correio/Motoboy	R\$8.759,01
Total	R\$25.334,67 (2,76%)

Serviços Contratados

Advocaciao/Contabilidade/Segurança	R\$19.780,52
Consultoria/Auditoria/ Assessoria RH	R\$1.500,00
Serviços de Informática/Arquivo	R\$8.071,18
Assessoria Parlamentar	R\$8.500,00
Total	R\$37.851,70 (4,12%)

Outras Despesas

Despesas Bancárias(CPMF, Tarifas, DOC's)	R\$9.821,50
Juros/Multas	R\$1.473,39
Doações	R\$4.800,00
Total	R\$16.094,89 (1,75%)

MOBILIZAÇÃO E EVENTOS

Ajuda de Custo	R\$64.979,36
Passagens Aéreas	R\$116.790,89
Passagens Terrestres	R\$38.108,39
Hospedagem	R\$1.658,00
Contas de celular	R\$16.216,80
Gráfica	R\$98.354,99
Assessoria Imprensa/Clipping	R\$14.004,00
Criação, Edição, Diagramação, Redação, ilustração	R\$44.280,00
Propaganda/Faixas/Bandeiras/Fitas de vídeo/ Banners	R\$8.496,49
Locação de veículos para manifestações ...	R\$31.890,08
50ª CONEG	R\$3.000,26
Bienal	R\$185.845,01
Total	R\$623.624,27 (67,96%)

Total Geral das Despesas	R\$917.536,03
Receita Líquida de Carteira (Repasse UNE)	R\$1.947.597,76
Saldo em 30/04/2001	R\$1.030.061,73

OBS: O Valor total retido automaticamente como repasse pelas entidades estudantis (DA's, DCE's, UEE's) foi de R\$ 3.122.631,12, no período de janeiro a abril de 2001.

* Receita Líquida da UNE referente à arrecadação do repasse das CIE's



BLITZ

Carteira de Identificação Nacional



Carteira de Identificação Internacional



DOCUMENTOS!



Carteira de Identificação Estudantil da UNE

Sua cara. Seu jeito. Seu direito.

Procure seu Centro Acadêmico, DCE, UEE ou acesse nosso site.





**União Nacional
dos Estudantes**